

RODRIGO KOLB

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A DESNUTRIÇÃO
INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA

2009

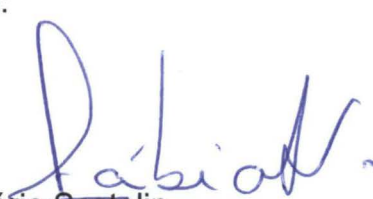
TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO KOLB

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A DESNUTRIÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

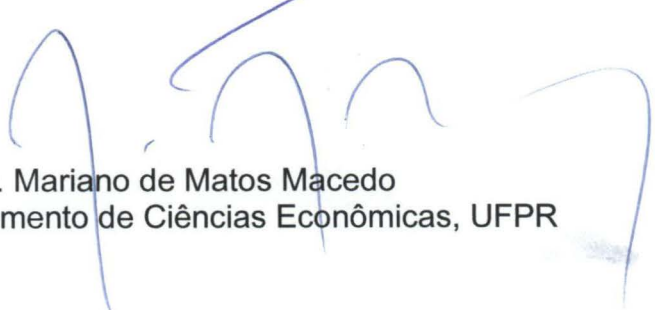
Orientador:



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 4 de dezembro de 2009.

RESUMO

Historicamente, o Brasil tem apresentado graves problemas sociais, como parte da população em estado de pobreza e de baixa formação de capital social. Para melhorar esse quadro de pobreza, o Governo Federal alterou os programas já existentes e a partir disso criou o Programa Bolsa Família no primeiro semestre de 2004. Esse programa tem como objetivos básicos contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias e construir meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Dessa forma, o programa pretende garantir o esforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações. O Programa Bolsa Família é uma política pública, sendo assim, se faz necessário avaliar seus resultados constantemente. Essa avaliação é justificada pela necessidade de modernização da gestão pública, em um contexto de busca de dinamização e legitimação da reforma do Estado. O Programa Bolsa Família também integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, espera-se que o programa tenha uma relação direta na qualidade nutricional das crianças beneficiárias. No presente trabalho, foi verificado que a efetividade da gestão municipal do Programa Bolsa Família, contribui para a redução do índice de desnutrição das crianças beneficiárias do programa no Paraná. Isso demonstra que é necessário que a gestão municipal do Programa Bolsa Família deve atender certos requisitos mínimos para que os recursos provenientes do programa tenham algum efeito na parcela da população atendida pelo programa.

Palavras-chave: Desigualdade. Pobreza. Avaliação de Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Paraná. Saúde. Desnutrição.

ABSTRACT

Historically, Brazil has made serious social problems, as part of the population in poverty and low social capital formation. To improve this situation of poverty, the Federal Government amended the existing programs and from that created the *Programa Bolsa Família* in the first half of 2004. This program has the basic objectives of contributing to the empowerment of beneficiary families and to build facilities and conditions so they can get out of the vulnerable situation where they are. Thus, the program seeks to ensure the financial effort of basic social rights in health and education, through compliance with conditions, which helps to ensure that families can break the cycle of intergenerational poverty. The *Programa Bolsa Família* is a public policy, so it is necessary to constantly evaluate their results. This assessment is justified by the need to modernize public administration, in a context of seeking to revive and legitimation of state reform. The *Programa Bolsa Família* is also part of the strategy *Fome Zero*, which aims to ensure the human right to adequate food, promoting food security and nutrition. Thus, it is expected that the program has a direct relation on the nutritional quality of beneficiary children. In Paraná, it was found that the better municipal management of the *Programa Bolsa Família*, the lower the rate of malnutrition of children in the program. This demonstrates the need for municipal management of the *Programa Bolsa Família* must meet certain minimum requirements so that resources from the program have any effect on the proportion of the population the program serves.

Keywords: Inequality. Poverty. Evaluation of Public Policies. *Programa Bolsa Família*. Paraná. Health Malnutrition.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- GRÁFICOS DE DISPERSÃO PARA CADA SEMESTRE DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 – 2008.....	41
FIGURA 2	- BLOX-PLOT PARA DESNUTRIÇÃO E IGD – PARANÁ – 2007 - 2008.....	42
FIGURA 3	- PARANÁ – GRÁFICO DO PAINEL DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR SEMESTRE – 2007 - 2008.....	43
FIGURA 4	- PARANÁ – GRÁFICO DO PAINEL DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR CORTE DE IGD – 2007 – 2008.....	45
FIGURA 5	- PARANÁ – GRÁFICO DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR PORTE MUNICÍPIO – 2007 - 2008.....	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE ATÉ R\$ 69,00 POR PESSOA	27
TABELA 2	- POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE R\$ 69,01 A R\$ 137,00 POR PESSOA	28
TABELA 3	- PARANÁ – DADOS GERAIS	36
TABELA 4	- PARANÁ – BOLSA FAMÍLIA – 2007 – 2008.....	37
TABELA 5	- PARANÁ - AMOSTRAS SOBRE DESNUTRIÇÃO POR SEMESTRE - 2007 – 2008.....	40
TABELA 6	- PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – GERAL – 2007 – 2008.....	41
TABELA 7	- PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR SEMESTRE – 2007 – 2008.....	43
TABELA 8	- PARANÁ – TESTES DE CORRELAÇÃO E DE SPEARMAN SOBRE O IGD E A DESNUTRIÇÃO – GERAL – 2007 – 2008....	44
TABELA 9	- PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR CORTE DE IGD – 2007 – 2008.....	44
TABELA 10	- RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA DESNUTRIÇÃO E IGD – PARANÁ – 2007 – 2008.....	46
TABELA 11	- RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR DADOS EM PAINEL (EFEITOS FIXOS) PARA IGD E DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 – 2008.....	46
TABELA 12	- RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR DADOS EM PAINEL (EFEITOS ALEATÓRIOS) PARA IGD E DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 – 2008.....	47
TABELA 13	- PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR PORTE MUNICÍPIO – 2007 – 2008.....	48

LISTA DE SIGLAS

BVJ	- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
CadÚnico	- Cadastro Único para Programas Sociais
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
DATASUS	- Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
EUA	- Estados Unidos da América
FMAS	- Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	- Fundo Nacional de Assistência Social
GDRC	- <i>Global Development Research Center</i>
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	- Índice de Gestão Descentralizada
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	- Ministério da Educação
NCHS	- <i>National Center for Health Statics</i>
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PBF	- Programa Bolsa Família
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
Senarc	- Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania
Sibec	- Sistema de Gestão de Benefícios
SISVAN	- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	11
2.2 DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL E POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA	14
2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.4 CAPACITY BUILDINGS	23
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SUA INSTITUCIONALIDADE	25
3.1 HISTÓRICO, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E BENEFÍCIOS	25
3.2 CONDICIONALIDADES	28
3.3 RESPONSABILIDADES GOVERNAMENTAIS	30
3.3.1 Responsabilidades da união	30
3.3.2 Responsabilidades dos estados	31
3.3.3 Responsabilidades dos municípios	32
3.4 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA	33
4 IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A DESNUTRIÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ	36
4.1 ASPECTOS ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO PARANÁ	36
4.2 VERIFICANDO O IMPACTO: A RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE IGD E NÍVEL DE DESNUTRIÇÃO	38
4.2.1 Apresentação das variáveis	38
4.2.2 Descrição estatística	40
4.2.3 Modelagem	45
4.3 INFLUÊNCIA DO TAMANHO DA POPULAÇÃO SOBRE O IGD E A DESNUTRIÇÃO	47
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	55

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil tem apresentado graves problemas sociais, como parte da população em estado de pobreza e de baixa formação de capital social. Para melhorar esse quadro de pobreza, o Governo Federal alterou os programas já existentes e a partir disso criou o Programa Bolsa Família no primeiro semestre de 2004. Esse programa tem como objetivos básicos contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias e construir meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Dessa forma, o programa pretende garantir o esforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações.

O Programa Bolsa Família é uma política pública, sendo assim, se faz necessário avaliar seus resultados constantemente. Avaliar uma política é um dos estágios do ciclo das políticas públicas. Integra-se ao ciclo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública. A avaliação de uma política pública é justificada pela necessidade de modernização da gestão pública, em um contexto de busca de dinamização e legitimação da reforma do Estado.

O Programa Bolsa Família também integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Dessa forma, espera-se que o programa tenha uma relação direta na qualidade nutricional das crianças beneficiárias. O estado nutricional de uma criança permite verificar se o seu crescimento está se afastando do padrão esperado por doença e, ou por condições sociais desfavoráveis, portanto, o estado nutricional de uma população é um excelente indicador de sua qualidade de vida.

O objetivo desta monografia é analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição infantil no Estado do Paraná no período de 2007 a 2008. Para isso será analisada a relação entre a eficiência da gestão municipal do Programa Bolsa Família e o índice de desnutrição das crianças beneficiárias do programa no

município. Espera-se, *a priori*, que os municípios com uma boa gestão do programa tenham índices de desnutrição mais baixos.

O tema desta monografia está apoiado no conceito de Desenvolvimento como Liberdade do economista indiano Amartya Sen, nos aspectos históricos de desigualdade e pobreza no Brasil, levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela teoria de políticas de redistribuição de renda, pela importância da avaliação de políticas públicas e pelo conceito de eficiência de gestão e aplicação dos recursos de políticas públicas denominado *Capacity Buildings*.

Esta monografia está dividida em cinco capítulos, além dos anexos e das referências bibliográficas. O primeiro capítulo se refere a esta introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico que servirá de base ao tema da monografia. O terceiro capítulo explica o funcionamento do Programa Bolsa Família, bem como seu histórico, definição, objetivos, benefícios, condicionalidades, responsabilidades governamentais e o índice de gestão descentralizada que mensura a eficácia da gestão municipal do programa. O quarto capítulo levanta o impacto que o programa Bolsa Família gerou sobre a desnutrição infantil no Estado do Paraná, apresentando os aspectos espaciais e socioeconômicos do estado do Paraná, o acompanhamento nutricional das crianças beneficiárias do programa, a descrição estatística das variáveis utilizadas no modelo, a análise econométrica do modelo e a influência do tamanho da população sobre as variáveis. O quinto capítulo apresenta a conclusão desta monografia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda o referencial teórico utilizado para a elaboração desta monografia. Ele está dividido em cinco seções. A primeira seção explica o conceito de desenvolvimento como liberdade, a segunda seção explica o cenário de desigualdade e pobreza no Brasil e os objetivos e instrumentos de políticas de redistribuição de renda, a terceira seção demonstra os objetivos das avaliações de políticas públicas e a quarta e última seção explica o conceito de *Capacity Buildings*.

2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Segundo Amartya Sen (2000), o desenvolvimento possui um conceito bem mais amplo que apenas crescimento do produto, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social. Para o autor o desenvolvimento possui um caráter mais social, voltado ao aumento da liberdade desfrutada pelas pessoas, considerando essa liberdade o caminho para se alcançar desenvolvimento. Ou seja, a definição de desenvolvimento não está só ligada a acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e outras variáveis relacionadas à renda, mas sim a melhoria de vida que levamos e liberdades que desfrutamos. A expansão das liberdades permite aos indivíduos se tornarem seres sociais mais completos, que podem interagir com o mundo e com os demais indivíduos, influenciando no sistema como um todo. Essas liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais (SEN, 2000).

A privação da liberdade é a principal causa da falta de desenvolvimento de um território, associando liberdade à qualidade de vida. Essa privação de liberdade pode ser expressa através da ausência de oportunidades de assistência médica, educacional, de alimentação, segurança, moradia, saneamento básico, participação da vida social, política e econômica de determinada comunidade. Dessa forma, o desenvolvimento desencadeia a liberdade, ou seja, liberdade dos indivíduos no sentido saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, oportunidade de vestir-se ou morar de forma apropriada, assim como ter acesso à água tratada (SEN, 2000).

As privações de liberdade acontecem quando há oportunidades inadequadas para os indivíduos realizarem o que desejam, ou o mínimo que

gostariam de realizar. Para que ocorra a expansão das capacidades dos indivíduos de levar o tipo de vida que eles querem, a implementação de políticas públicas pode ser eficaz (SEN, 2000).

As violações de liberdades podem estar associadas tanto à pobreza e desigualdade, quanto à carência de serviços públicos e assistência social. A pobreza, enquanto fenômeno multidimensional e multicausal, interfere não apenas nas condições físicas de vida da pessoa mas, também, na sua liberdade de escolha e no seu desenvolvimento enquanto sujeito de direitos e ator social participante dos processos histórico-sociais de seu tempo. Nesse sentido a pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa. A razão pela qual os indivíduos anseiam por riqueza está diretamente ligada com as liberdades que a riqueza proporciona, ou seja, a riqueza é um meio de se conseguir uma qualidade de vida melhor. A utilidade da riqueza está nas coisas que ela permite aos indivíduos fazer. Em outras palavras, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter (SEN, 2000).

As oportunidades oferecidas às pessoas é que disponibilizam a capacidade de realizarem algo extremamente positivo. Ou seja, as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, condições de qualidade de vida como boa saúde, educação básica e incentivo às iniciativas fazem com que as pessoas possam realizar coisas em benefício do desenvolvimento da nação (SEN, 2000).

A liberdade também pode estar relacionada à perspectiva da qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, uma vertente que caracteriza o modo como as pessoas vivem e até mesmo suas escolhas pessoais. Esta linha de estudo pode muitas vezes parecer distante das linhas econômicas, mas essa abordagem mais vasta está diretamente ligada às partes de análise que formam a economia profissional desde o princípio. Partindo dessa corrente, a origem da economia foi claramente influenciada pelos estudos a respeito das oportunidades e as determinantes causais dessas oportunidades que as pessoas possuem para conseguirem ter uma vida dentro dos padrões favoráveis (SEN, 2000).

A liberdade é gerenciada por valores advindos de discussões públicas e interações sociais. Essas mesmas discussões públicas e interações sociais são influenciadas pela própria liberdade de participação. De acordo com Amartya Sen (2000), existem cinco tipos de liberdade que podem ser investigadas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Estes distintos tipos de liberdade são inter-relacionados e ajudam no desenvolvimento e capacidade de uma pessoa. Na visão do desenvolvimento como liberdade, as liberdades unem-se umas as outras, contribuindo com o aumento das liberdades individuais das pessoas (SEN, 2000).

Um dos argumentos mais favoráveis com relação à liberdade política está na oportunidade que ela dá aos cidadãos de debater sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores. As liberdades políticas ajudam na segurança econômica, oportunidades sociais e facilitam a participação na liberdade econômica, no sentido de ter, possuir renda, dessa forma, as facilidades econômicas fazem com que as pessoas possam gerar sua abundância individual. A liberdade individual vem do social, existindo uma inter-relação entre disposições sociais que tem por objetivo expandir as liberdades individuais, para que as liberdades individuais possam ser empregadas não só para a melhoria da vida de cada um, mas também para o bem-estar coletivo e tornar as disposições sociais mais eficazes (SEN, 2000).

Em consideração ao papel do mecanismo de mercado, a liberdade está relacionada à questão de acesso ou não a transações financeiras. A partir do momento em que, por meio de controles arbitrários, não há oportunidades de transação de determinada pessoa, isso pode ser caracterizado como uma privação de liberdade, independentemente da eficácia das operações de mercado, pois a pessoa é impedida de fazer algo que se pode considerar ser do seu direito fazer (SEN, 2000).

Enxergar o desenvolvimento como consequência de liberdades substantivas das pessoas, pode ter consequências muito significativas para a própria interpretação do desenvolvimento e para as formas de se alcançar esse desenvolvimento. Com a diversidade de tipos de liberdade, sempre haverá argumentos em direções opostas sobre o assunto. Os debates sobre essas questões e as diferentes opiniões é que poderão conduzir ao desenvolvimento

esperado, sempre aliado a discussões políticas e à democracia envolvendo os indivíduos interessados (SEN, 2000).

2.2 DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL E POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O Brasil está entre os campeões mundiais em desigualdade, produto de uma herança de injustiça social que vem excluindo parte significativa da população brasileira do acesso a condições mínimas de desigualdade e cidadania (HENRIQUES, 2000).

A desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade a encara. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de da sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes (HENRIQUES, 2000).

A pobreza é o mais agudo problema econômico do país. A desigualdade é o maior problema estrutural do país. Erradicar a pobreza e combater a desigualdade sustenta um projeto de uma nova sociedade (HENRIQUES, 2000).

Combater a desigualdade se impõe por óbvias razões de ordem moral, mas, além disso, esse combate representa o caminho estratégico para a erradicação definitiva da pobreza no Brasil (HENRIQUES, 2000).

A tradição da política econômica brasileira, no entanto, reforça de forma recorrente a via única do crescimento econômico, sem gerar resultados satisfatórios no que diz respeito à redução da pobreza. A desigualdade extrema, por sua vez, tem se mantido inerte, resistindo as mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontestáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais (HENRIQUES, 2000).

É evidente que o crescimento econômico deve ser perseguido de forma incessante, mas não deve ser perseguido com o fim em si mesmo. Como sugere Amartya Sen (2000), o desenvolvimento deve referir-se a melhoria da qualidade de

vida que levamos e as liberdades que desfrutamos. Desse modo, redistribuir a renda e a riqueza no Brasil emerge como elemento central para erradicar a pobreza e criar as bases sólidas para o desenvolvimento sustentado e solidário (HENRIQUES, 2000).

O desenho de políticas de redistribuição de renda e de combate à pobreza, no entanto, não é nada trivial. Desigualdade e pobreza, apesar de serem confundidas em diversos momentos na discussão cotidiana, são dimensões radicalmente distintas da realidade brasileira e solicitam, portanto, soluções diferenciadas (HENRIQUES, 2000).

A economia brasileira não parece exibir um problema de carência de recursos. O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto com muitos pobres. É possível enfrentar a pobreza, mas é necessário fazer com que os recursos cheguem aos pobres. Assim, a questão da focalização dos gastos sociais sobre a população pobre deve assumir um papel central da formulação de políticas públicas (HENRIQUES, 2000).

É necessário avaliar de forma permanente os programas sociais existentes no Brasil e no exterior para atender os avanços e os limites associados ao desenho desses programas e, dessa forma, redesenhar continuamente os programas para que atendam critérios de justiça e desfrutem de eficiência e eficácia em sua implementação (HENRIQUES, 2000).

Alem disso, do ponto de vista estrutural e reconhecendo a desigualdade como principal fator de explicação do excessivo nível de pobreza do país, devem-se conceber programas de natureza compensatória com elevada focalização para enfrentar o horizonte de curto prazo e programas redistributivos estruturais, direcionados, sobretudo para a intensa redistribuição de ativos na sociedade. Redistribuição de terra, redistribuição de renda e riqueza, acesso ao crédito, saúde e educação universal de qualidade são pilares de uma política estrutural de erradicação da pobreza a partir da redução da desigualdade (HENRIQUES, 2000).

As políticas de redistribuição de renda pretendem diminuir as desigualdades entre os receptores de rendas altas e os de rendas baixas, sobre tudo, ajudar a satisfazer as necessidades básicas daquela parte da população que recebe recursos mais reduzidos (ROURA, 2006).

Pode-se esboçar três objetivos básicos de políticas de redistribuição de renda:

- a) diminuição do nível de concentração de renda;
- b) garantia da igualdade de oportunidades;
- c) permitir a integração social dos excluídos (ROURA, 2006).

Pode-se analisar a redistribuição de renda através de quatro perspectivas fundamentais: setorial, espacial, funcional e pessoal (ROURA, 2006).

A redistribuição setorial da renda enquadra-se, neste ponto de vista teórico, dentro do estudo das políticas de oferta com as mudanças estruturais no Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, o aumento de um setor em contrapartida da redução de outro (ROURA, 2006).

A redistribuição espacial se refere às diferenças que podem existir nos níveis de renda pela perspectiva territorial, sendo objeto específico de análise da economia regional (ROURA, 2006).

A redistribuição funcional mostra como se reparte a renda gerada em uma economia entre todos e cada um dos fatores de produção. Os fatores geralmente considerados são o trabalho e o capital, embora também sejam levados em conta os rendimentos comuns e as rendas obtidas pelo setor público. O princípio da produtividade marginal levanta que a redistribuição de renda entre os diversos fatores de produção se realiza em função de sua contribuição marginal para a obtenção do produto final. Entre os elementos determinantes pode-se citar a variação da quantidade de fatores, a elasticidade de substituição entre os mesmos e as inovações tecnológicas (ROURA, 2006).

A redistribuição pessoal se refere à repartição entre os indivíduos e as famílias uma vez descontados os impostos e as cotas sociais e adicionados às transferências econômicas que se realizam pelos poderes públicos. A redistribuição pessoal da renda é independente do setor em que produzem, da região em que residem e do fator produtivo que os remuneram. Desta forma, a atenção se centra na dispersão da renda com respeito ao seu valor médio. Deste ponto de vista da justiça econômica, deve-se distinguir entre equidade categórica e vertical (ROURA, 2006).

O princípio de equidade categórica se fundamenta na idéia de que todos os indivíduos têm direito de consumir certas quantidades mínimas de determinados bens. Desde ponto de vista da redistribuição pessoal da renda, o princípio de

equidade categórica centra a sua atenção nos grupos de mais baixo ingresso, tratando de garantir níveis mínimos de bens aos setores da população mais desfavorecidos e evitar situações de pobreza extrema (ROURA, 2006).

A equidade vertical se fundamenta na idéia da diminuição da desigualdade global entre todos os grupos ou intervalos de redistribuição pessoal da renda. No limite da aplicação do princípio de equidade vertical, cada decil se apropria de 10% da renda total, desaparecendo realmente a classificação entre cada decil pela quantidade de renda, ou seja, todas as rendas seriam iguais, atingindo uma situação de igualdade absoluta em termos de renda (ROURA, 2006).

Os principais determinantes da redistribuição pessoal da renda são a herança, a inversão de acumulação de fatores, as diferenças da retribuição do trabalho e outros fatores sociais (ROURA, 2006).

A intervenção estatal para reduzir as desigualdades de renda pode ser aplicada a partir de diversos instrumentos em função dos objetivos perseguidos. Os instrumentos de política econômica para a execução dos objetivos da política de redistribuição de renda são muito variados e admitem diversas classificações. Os governos dispõem de políticas de gastos, impostos, de rendas e redistribuição de ativos (ROURA, 2006).

As políticas de gastos e transferências públicas têm uma larga tradição como elemento chave para reduzir os sintomas da pobreza, servindo também para a realização das igualdades de oportunidades. Em geral, os financiamentos deste tipo de atuação se baseiam em um sistema de imposto de caráter progressivo. Essas políticas podem se aplicadas através de programas de gastos para a igualdade de oportunidades, programas de seguridade social, transferência líquida de renda, redistribuição direta entre grupos específicos e políticas de investimento público (ROURA, 2006).

Os programas de gastos para a igualdade de oportunidades têm o objetivo básico de garantir o acesso de certos recursos básicos que permitam gerar, posteriormente, para os indivíduos menos favorecidos, um maior nível de renda. Tudo sob o princípio de que a igualdade de *status* inicial é a base social que permite as pessoas alcançar a qualidade de membros plenos da sociedade. Os programas que se encaixam nesse ponto de vista são:

- a) provisão de um serviço universal e gratuito de educação básica;

- b) programas de formação profissional que permitam a adaptação contínua dos trabalhadores às necessidades do mercado de trabalho;
- c) programas de gastos públicos que facilitem a provisão gratuita, ou subsidiada da formação universitária (ROURA, 2006).

Os programas de seguridade social, especialmente os que favorecem os idosos e os desempregados, não perseguem com finalidade básica a redistribuição da renda, mas contribuem em grande medida para a diminuição da marginalidade e da pobreza. Entre os instrumentos fundamentais vinculados com estes programas podem-se destacar:

- a) seguro desemprego - proporciona ajuda temporária as pessoas que perdem os seus postos de trabalho;
- b) pensão de jubilação ou invalidez - ajudam as pessoas de idade avançada a manter um certo nível de renda;
- c) sistema de saúde pública - proporciona serviços públicos de saúde a todos os cidadãos (ROURA, 2006).

As transferências líquidas de renda destinam-se a entregar subsídios a população de baixa renda, com o objetivo de aumentar o seu bem estar social. Estes programas de transferências líquidas podem se destacar por:

- a) ajuda para as famílias de baixa renda com vários integrantes. - estas ajudas podem se realizar em efetivo (em função dos filhos) ou através de centros de ajuda gratuitos ou através de outras remunerações em espécie;
- b) benefício em espécie para os indivíduos com baixa renda - os vales refeição, transporte, de vestuário e utensílios domésticos são exemplos dessa política;
- c) tarifas especiais para os indivíduos com baixa renda - esta política pode ser utilizada através de preços subsidiados de certos bens e serviços essenciais, como transporte, luz, gás, etc. (ROURA, 2006).

Na medida em que estas ajudas se concentram nos pobres e no sistema fiscal progressivo, estas atuações têm um claro componente redistributivo. O objetivo final é aumentar a renda disponível dos receptores de baixas rendas (ROURA, 2006).

A redistribuição direta entre grupos específicos trata de conceder ajudas a determinados grupos sociais mediante o estabelecimento de impostos a outros

grupos mais favorecidos, por exemplo, impostos a grandes comerciantes para financiar a formação profissional de pequenos comerciantes (ROURA, 2006).

Uma política redistribuição de renda pode basear-se em um sistema fiscal de financiamento progressivo, comum acompanhado de um programa de investimento publico que beneficie os receptores de baixa renda. O desenvolvimento de obras publicas podem ter diversos impactos de redistribuição de renda. Pode-se destacar:

- a) criação de postos de trabalho entre os receptores de baixa renda, sobre tudo se a infraestrutura requer a utilização de técnicas intensivas em mão de obra;
- b) utilização dos bens e serviços gerados através do investimento publico para a parcela da população de ingressos reduzidos;
- c) pode haver vazamentos de grupos de alto ingresso ou médio se os bens ou serviços oferecidos gerarem elevadas externalidades positivas para os mesmos, por exemplo, a construção de rodovias, hidroelétricas, etc. (ROURA, 2006).

Desta forma os governos podem utilizar diversas ferramentas para combater a desigualdade e a pobreza. A pobreza se caracteriza pela insuficiência dos recursos para garantir as necessidades básicas de uma família. Desta forma, a pobreza priva os indivíduos do bem estar social e de uma boa qualidade de vida. O problema chave é delimitar quais são os componentes fundamentais quem formam parte do bem estar social e da qualidade de vida. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), esses componentes se delimitaram em nove grandes campos: saúde, consumo de alimentos e nutrição, educação, emprego e condições de trabalho, vivência, seguridade social, vestuário, recreação e liberdades humanas (ROURA, 2006).

2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Avaliar uma política é um dos estágios do ciclo das políticas públicas. Integra-se ao ciclo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública (CASTRO, 2009).

A avaliação de uma política pública é justificada pela necessidade de modernização da gestão pública, em um contexto de busca de dinamização e legitimação da reforma do Estado (FARIA, 2005).

A avaliação de políticas públicas consiste na utilização de metodologias de pesquisa social para investigar, de forma sistemática, a efetividade de programas de intervenção social que foram adaptados ao seu ambiente político e organizacional e planejados para conformar a ação social numa maneira que contribua para a melhoria das condições sociais (ROSSI, 1999).

Os objetivos da avaliação de políticas públicas consistem em:

- d) vislumbrar alternativas de intervenção para resolver problemas;
- e) assegurar efetividade do processo de implementação;
- f) detectar e corrigir desvios ou perturbações na trajetória de implementação;
- g) aferir adequação e disponibilidade dos recursos requeridos;
- h) aferir aderência dos produtos e resultados aos propósitos e objetivos da ação;
- i) incrementar transparência nas organizações públicas (CASTRO, 2009).

A avaliação de políticas pública pode ser um instrumento de gestão ou um instrumento de *accountability*. É um instrumento de gestão quando visa subsidiar decisões a respeito de sua continuidade, de aperfeiçoamentos necessários e de responsabilização dos agentes. É um instrumento de *accountability* quando informa aos usuários e ou beneficiários e à sociedade em geral, sobre seu desempenho e impactos (CASTRO, 2009).

Os propósitos da avaliação de políticas públicas podem ser de caráter de eficiência, de efetividade, de resultados e de impacto (CASTRO, 2009).

A avaliação de eficiência procura avaliar os custos de uma política e julgar se os mesmos resultados, em termos de quantidade e qualidade, poderiam ser atingidos com um custo menor, ou seja, de maneira mais eficiente (CASTRO, 2009).

A avaliação de efetividade tem como objetivo avaliar se uma política está realizando aquilo que deveria, comparando às metas estabelecidas inicialmente para determinar se o programa está atingindo os objetivos e/ou se os objetivos precisam ser revistos em função dos resultados concretos. Este tipo de avaliação é mais útil ao processo de produção de políticas, mas é igualmente mais difícil de ser realizada,

pois requer um nível mais alto de sofisticação do que os governos geralmente dispõem (CASTRO, 2009).

A avaliação de processos é feita por meio da análise dos processos organizacionais e administrativos e tem por objetivo verificar se um processo pode ser simplificado ou realizado de forma mais eficiente. Para isso, a implementação de uma política é geralmente decomposta em partes separadas, e cada parte é avaliada de acordo com os critérios de eficiência, efetividade e/ou *accountability* (CASTRO, 2009).

A avaliação de impacto é aquela que procura constatar os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública. Dois pressupostos orientam a avaliação de impacto:

- a) existe propósito de mudança social na política em análise;
- b) existe uma relação causal entre a política e a mudança social provocada (CASTRO, 2009).

No caso da avaliação de impacto deve-se constatar empiricamente mudanças, proceder à sua diferenciação, à sua quantificação e estabelecer a relação causa x efeito entre estas e a ação pública realizada por meio da política (CASTRO, 2009).

A avaliação de políticas pública apresenta as seguintes dificuldades:

- a) as vezes as políticas não estabelecem de forma precisa seus objetivos e intencionalidades;
- b) determinada política pode ter múltiplos objetivos não indicando prioridades, o que torna difícil identificar se um objetivo em particular foi atingido;
- c) problemas sociais, econômicos e políticos tendem a apresentarem-se inter-relacionados e é virtualmente impossível isolá-los para avaliar os efeitos da política em cada um deles - causas x efeitos;
- d) cada política produz efeitos em problemas distintos daqueles objetivados - efeitos não antecipados (CASTRO, 2009).

Identificados os parâmetros constitutivos de uma política, suas variáveis essenciais, seus limites e, por via de consequência, suas interfaces, estarão postas as condições para o avaliador definir os conteúdos de sua análise e, a partir daí, passar para a aplicação de técnicas de levantamento. A seleção e a aplicação de técnicas de levantamento são fases particularmente complicadas no processo de

avaliação, pois a confiabilidade técnica do processo depende muito delas. Dado o caráter operacional dessas fases, as restrições orçamentárias e técnicas se tornam mais visíveis nesse ponto. São decisões cruciais quanto às técnicas mais adequadas, quando essas devem ser elegidas em termos de viabilidade econômica, exeqüibilidade técnica e validação social, a serem avaliadas para cada situação. Salvo alguns princípios metodológicos gerais, cabe à perspicácia da coordenação do processo a seleção dos melhores caminhos. Faz-se *mister*, a esta altura, o recurso à assessoria especializada de metodologia e de estatística. Há que se selecionar metodologias complementares e alternativas, identificar as variáveis mais significativas para o modelo, projetar instrumentos e, enfim, realizar o levantamento dos dados (VIEGAS, 2003).

Com efeito, avaliações de políticas públicas devem ter, entre outros requisitos, a neutralidade de procedimentos a confiabilidade técnica dos dados, e a segurança na interpretação. Isso exige cuidados específicos. Em primeiro lugar, políticas públicas, pela própria natureza, carregam componentes ideológicos muito fortes e sensíveis. Poucas coisas nas políticas públicas são evidentes, salvo a consciência de que é um mundo repleto de ideologias, as quais, por definição, não são verificáveis nem mensuráveis. Daí a necessidade de busca de neutralidade e liberação de juízos pré-concebidos. Tais pré-requisitos dificilmente são encontrados no grupo formulador, executor ou receptor das políticas. Não se trata de questionar a isenção científica e ou competência técnica das pessoas envolvidas. Trata-se unicamente de reconhecer a natureza e os componentes do fenômeno político. Isso ressalta que avaliações de políticas públicas devem ser feitas, de preferência, por avaliadores externos ao processo. Em outras palavras, na medida do possível, quem avalia deve estar fora do objeto da avaliação. Nem deve ser do corpo funcional do órgão ou do setor que formula ou executa política, pois, dificilmente se manterão neutros em relação a uma atividade na qual estão intimamente envolvidos, ou se libertarão com facilidade dos comprometimentos pessoais e funcionais assumidos, nem convém, da mesma forma, que sejam da área técnica sob análise, salvo como consultoria técnica, pois avaliações por pessoas da mesma área tendem a ser carregadas vieses decorrentes da supervalorização do objeto, o que impede a serenidade do julgamento e a objetividade das análises. Em suma, para a seleção dos avaliadores, há que se reconhecer que avaliação é uma atividade específica e

autônoma, com suas características e exigências. Uma dessas exigências é ter consciência da orientação a ser seguida na avaliação (VIEGAS, 2003).

2.4 CAPACITY BUILDINGS

As *Capacity Buildings* são políticas que visam o reforço da capacidade institucional do país nos aspectos humano, científico, tecnológico, organizacional, institucional, de recursos e capacidades de gestão. O objetivo fundamental das *Capacity Buildings* é melhorar a capacidade de avaliar e abordar as questões cruciais relacionadas com as escolhas políticas e modos de aplicação entre as opções de desenvolvimento, com base em uma compreensão do ambiente e os limites e potencialidades das necessidades percebidas pelo povo do país (GDRC, 2009).

As *Capacity Buildings* são muito mais do que um instrumento de formação e incluem os seguintes aspectos:

- a) desenvolvimento dos recursos humanos - equipar os indivíduos com conhecimento, habilidades e acesso a informação e fornecer a formação que lhes permita desempenhar as funções de forma eficaz;
- b) desenvolvimento organizacional - elaboração das estruturas de gestão, processos e procedimentos, não só dentro das organizações, mas também a gestão das relações entre as diferentes organizações e setores (público, privado e comunidade);
- c) quadro institucional e jurídico de desenvolvimento - fazer as alterações constitucionais e jurídicas para permitir organizações, instituições e agências em todos os níveis e em todos os setores realizar ações para reforçar as suas capacidades (GDRC, 2009).

As *Capacity Buildings* são necessárias por diversos motivos:

- a) a questão da qualidade da capacidade é crítica e da dimensão da necessidade é enorme, mas apreciação do problema é baixa;
- b) a ligação entre as necessidades e a oferta é fraca;
- c) existe uma falta de financiamentos realistas;
- d) há necessidade de apoio para a mudança;
- e) as instituições de formação estão isoladas, o acesso ao conhecimento é difícil;

- f) o desenvolvimento de materiais de ensino é ineficiente;
- g) formas alternativas de capacitação não são devidamente reconhecidas (GDRC, 2009).

Na sua interpretação mais ampla, as *Capacity Buildings* abrangem as capacidades de desenvolvimento dos recursos humanos, como uma parte essencial do desenvolvimento. São baseadas no conceito de que a educação e a formação estão no centro dos esforços de desenvolvimento e que, sem maior desenvolvimento dos recursos humanos, intervenções serão ineficazes (GDRC, 2009).

As *Capacity Buildings* centram-se em uma série de ações direcionadas a ajudar os participantes no processo de desenvolvimento para aumentar os seus conhecimentos, habilidades e compreensões e desenvolver as atitudes necessárias para concretizar o desejado desenvolvimento de mudança. As necessidades de capacitação estão sempre mudando. Não existem soluções prontas, e qualquer ação do programa deve ser adequada a situação local (GDRC, 2009).

O referencial teórico apresentado nesse capítulo foi utilizado para embasar o estudo da análise do impacto que o Programa Bolsa Família gerou sobre a desnutrição infantil no estado do Paraná. No próximo capítulo será apresentado o funcionamento do Programa Bolsa Família, bem como seu histórico, definição, objetivos, benefícios, condicionalidades, responsabilidades governamentais e o índice de gestão descentralizada que mensura a eficácia da gestão municipal do programa.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SUA INSTITUCIONALIDADE¹

Este capítulo aborda o Programa Bolsa Família e sua institucionalidade. Ele está dividido em quatro seções. A primeira seção explica o histórico, definição, objetivos e benefícios do programa. A segunda seção explica as condicionalidades exigidas aos beneficiários pelo programa. A Terceira seção explica as responsabilidades governamentais do programa e a quarta e última seção explica o índice de gestão descentralizada, que mensura a eficácia da gestão municipal do programa. Todo esse capítulo é embasado nas informações disponíveis sobre o Programa Bolsa Família no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

3.1 HISTÓRICO, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E BENEFÍCIOS

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência líquida direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00), e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O programa é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PBF integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome (MDS, 2009).

O Programa Bolsa Família foi criado com base nos Programas Remanescentes. Os Programas Remanescentes são os programas sociais que existiam anteriormente à criação do Programa Bolsa Família. São eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Todos esses programas foram unificados ao PBF (MDS, 2009).

¹As regras e os valores monetários apresentados neste capítulo se referem à gestão do Programa Bolsa Família de abril de 2009.

O PBF pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- a) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- b) esforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- c) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do bolsa família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza - são exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos (MDS, 2009).

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variavam de R\$20,00 a R\$182,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos entre 2007 (MDS, 2009).

Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 137,00 por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O CadÚnico é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no país (MDS, 2009). O cadastramento no CadÚnico não implica necessariamente a entrada imediata dessas famílias no PBF e o recebimento do benefício. Com base nas informações inseridas no CadÚnico, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no programa a cada mês. O critério principal é a renda *per capita* da família e são incluídas primeiro as famílias com a menor renda (MDS, 2009).

A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês, como salários e aposentadorias. Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família, ou seja, a renda mensal por pessoa (MDS, 2009).

O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o básico, o variável e o variável vinculado ao adolescente (MDS, 2009). O benefício básico, de R\$ 62,00, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de

até R\$ 69,00 por pessoa. Esse benefício é pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens (MDS, 2009). O benefício variável, de R\$ 20,00, é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 137,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (MDS, 2009). O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00, é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (MDS, 2009).

A configuração dos possíveis benefícios do Programa Bolsa Família para famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 69,00 por pessoa estão expressos na TABELA 1.

TABELA 1 - POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE ATÉ R\$ 69,00 POR PESSOA

TIPO DE BENEFÍCIO	NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 15 ANOS	VALOR DO BENEFÍCIO (R\$)
BÁSICO	0	0	62,00
BÁSICO + 1 VARIÁVEL	0	1	82,00
BÁSICO + 2 VARIÁVEIS	0	2	102,00
BÁSICO + 3 VARIÁVEIS	0	3	122,00
BÁSICO + 1 BVJ	1	0	92,00
BÁSICO + 1 VARIÁVEL + 1 BVJ	1	1	112,00
BÁSICO + 2 VARIÁVEIS + 1 BVJ	1	2	132,00
BÁSICO + 3 VARIÁVEIS + 1 BVJ	1	3	152,00
BÁSICO + 2 BVJ	2	0	122,00
BÁSICO + 1 VARIÁVEL + 2 BVJ	2	1	142,00
BÁSICO + 2 VARIÁVEIS + 2 BVJ	2	2	162,00
BÁSICO + 3 VARIÁVEIS + 2 BVJ	2	3	182,00

FONTE: MDS(2009).

A configuração dos possíveis benefícios do Programa Bolsa Família para famílias em situação de pobreza, ou seja, com renda mensal de R\$ 69,01 a R\$ 137,00 por pessoa estão expressos na TABELA 2.

TABELA 2 - POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE R\$ 69,01 A R\$ 137,00 POR PESSOA

TIPO DE BENEFÍCIO	NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 15 ANOS	VALOR DO BENEFÍCIO (R\$)
NÃO RECEBE O BENEFÍCIO	0	0	0,00
1 VARIÁVEL	0	1	20,00
2 VARIÁVEIS	0	2	40,00
3 VARIÁVEIS	0	3	60,00
1 BVJ	1	0	30,00
1 VARIÁVEL + 1 BVJ	1	1	50,00
2 VARIÁVEIS + 1 BVJ	1	2	70,00
3 VARIÁVEIS + 1 BVJ	1	3	90,00
2 BVJ	2	0	60,00
1 VARIÁVEL + 2 BVJ	2	1	80,00
2 VARIÁVEIS + 2 BVJ	2	2	100,00
3 VARIÁVEIS + 2 BVJ	2	3	120,00

FONTE: MDS(2009).

3.2 CONDICIONALIDADES

As condicionalidades são os compromissos nas áreas da educação, da saúde e assistência social assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Programa Bolsa Família (MDS, 2009).

As condicionalidades são:

- a) educação:
 - manter a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
- b) saúde:
 - realizar o acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos;
 - realizar o acompanhamento do pré-natal das gestantes;
 - realizar o acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos;
- c) assistência social:
 - manter a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil (MDS, 2009).

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são, ao mesmo tempo, responsabilidades das famílias e do poder público. O objetivo das condicionalidades não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, que deve identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias (MDS, 2009).

O acompanhamento das condicionalidades é realizado de forma conjunta pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação. Nos municípios, deve ser feito de forma articulada entre as áreas de assistência social, saúde e educação. Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são:

- a) monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa;
- b) responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais excluídas e vulneráveis;
- c) identificar, nos casos de não-cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (MDS, 2009).

O acompanhamento das condicionalidades das áreas de educação e saúde é feito de acordo com calendário estipulado, que define períodos para que o município faça o acompanhamento e o registro das informações relativas a cada área nos sistemas próprios (MDS, 2009).

As famílias que descumprem as condicionalidades estão sujeitas a efeitos, de acordo com a Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008. Esses efeitos são gradativos e vão desde a advertência da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos. Dessa forma:

- a) no primeiro descumprimento a família receberá apenas uma advertência, que não afeta ou altera o recebimento do benefício;
- b) no segundo descumprimento a família terá uma sanção e o benefício será bloqueado por 30 dias, mas recebe acumulado no mês seguinte;
- c) no terceiro descumprimento, o benefício da família será suspenso por 60 dias;

- d) no quarto registro, o benefício da família será suspenso por 60 dias - nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber o benefício;
- e) no quinto registro de descumprimento a família poderá ter o benefício cancelado (MDS, 2009).

As sanções para as famílias com adolescentes de 16 e 17 anos, beneficiárias do BVJ são:

- a) no primeiro descumprimento, advertência;
- b) no segundo registro de descumprimento, o benefício será suspenso por 60 dias;
- c) no terceiro registro de descumprimento, o benefício referente ao jovem é cancelado (MDS, 2009).

Os efeitos previstos para o BVJ incidirão exclusivamente no benefício do adolescente em situação de descumprimento. Com os efeitos gradativos é possível permitir que as famílias que não cumprem as condicionalidades sejam identificadas e acompanhadas, a fim de que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos. Ao final do acompanhamento, conforme o calendário de cada área (saúde e educação), o Governo Federal identifica as famílias que descumpriram os compromissos no período, as notifica e procede à repercussão do descumprimento na folha de pagamento (MDS, 2009).

3.3 RESPONSABILIDADES GOVERNAMENTAIS

Embora os benefícios do Programa Bolsa Família sejam repassados diretamente pelo Governo Federal às famílias, o programa tem a participação de todos os entes federados. Cada esfera de governo possui atribuições e competências diferenciadas na gestão do PBF. A Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005 define as atribuições para a união, estados e municípios (MDS, 2009).

3.3.1 Responsabilidades da união

O Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é o gestor do PBF em âmbito federal. A inclusão das famílias no

programa é operacionalizada pela Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (Senarc), que realiza a concessão do benefício, segundo regras predeterminadas (MDS, 2009).

Compete à Senarc:

- a) elaborar as normas e regulamentos do PBF;
- b) gerir o CadÚnico para Programas Sociais;
- c) fiscalizar a gestão local do PBF;
- d) promover melhorias e incentivar a utilização do Sistema de Gestão de Benefícios (Sibec) - sistema informatizado para a operacionalização das atividades de gestão de benefícios pelos municípios - por parte dos gestores municipais, coordenadores estaduais, membros das instâncias de controle social e integrantes da rede pública de fiscalização do PBF, com vistas à eficiência, eficácia e transparência das ações de gestão de benefícios;
- e) promover o intercâmbio das boas práticas entre os gestores municipais do PBF e a sua divulgação em nível nacional;
- f) realizar atividades de gestão de benefícios;
- g) promover ações de capacitação dos agentes responsáveis pelas atividades de gestão de benefícios e dos membros das instâncias de controle social, em parceria com os demais entes federativos (MDS, 2009).

Ainda em âmbito federal, os Ministérios da Saúde e da Educação também desempenham um importante papel em relação à gestão de benefícios, uma vez que o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades tem efeitos diretos sobre os benefícios das famílias, conforme a Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008 (MDS, 2009).

3.3.2 Responsabilidades dos estados

A participação dos estados na gestão de benefícios está focada na coordenação dos municípios que fazem parte de seu território. Os estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo o suporte e o

apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do programa (MDS, 2009).

Compete aos coordenadores estaduais:

- a) promover o credenciamento ao Sibec dos servidores do Governo Estadual e dos membros da instância de controle social;
- b) divulgar aos demais órgãos públicos estaduais e à sociedade civil organizada informações relativas aos benefícios do PBF, propiciando, assim, maior transparência às atividades de gestão de benefícios realizadas pelos municípios dentro do seu estado;
- c) realizar ações de capacitação dos agentes municipais e estaduais responsáveis pela gestão de benefícios em parceria com o MDS;
- d) acompanhar a gestão de benefícios desenvolvida pelos municípios em seu estado, prioritariamente via Sibec, e ainda informar a Senarc eventuais irregularidades e/ou denúncias identificadas na prestação dos serviços de competência do agente operador ou de sua rede credenciada na localidade (correspondente bancário, agentes lotéricos etc.) (MDS, 2009).

3.3.3 Responsabilidades dos municípios

No modelo de gestão descentralizada do PBF, os governos municipais são os principais gestores do programa junto às famílias. Neste sentido, os gestores municipais, como executores locais do PBF, podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve manter-se atento, também, à mobilidade geográfica, característica presente nesse estrato da população, promovendo os ajustes necessários nos cadastros das famílias beneficiárias (MDS, 2009).

Compete aos gestores municipais:

- a) verificar, periodicamente, se as famílias do PBF atendem aos critérios de elegibilidade traçados pelos respectivos programas, utilizando para isso técnicas de amostragem estatística, de modo a adequar os benefícios financeiros à realidade das famílias;

- b) realizar o credenciamento dos funcionários da prefeitura e dos integrantes da instância de controle social municipal ao Sibec, bem como capacitar os usuários;
- c) atender aos pleitos de informações e de esclarecimentos da rede pública de fiscalização;
- d) divulgar as informações relativas aos benefícios do PBF aos demais órgãos públicos locais e à sociedade civil organizada;
- e) manter a Senarc informada sobre os casos de deficiências ou irregularidades identificadas na prestação dos serviços de competência do agente operador ou de sua rede credenciada na localidade (correspondente bancário, agentes lotéricos etc.) (MDS, 2009).

3.4 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

Para apoiar os municípios na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico foi instituído, por meio da Portaria nº. 148, de 12 de abril de 2006, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD é um índice que mede a qualidade da gestão municipal, assim como o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e do CadÚnico e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho. O IGD foi criado para ajudar financeiramente os municípios no trabalho de identificação e atendimento às famílias mais vulneráveis. Para isso é preciso localizar as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, cadastrar essas famílias e manter os seus dados atualizados. Além disso, é preciso acompanhar saúde e educação daquelas que já recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Isto significa que o cadastro e o acompanhamento familiar devem receber a mesma atenção da prefeitura com diferentes ações, de acordo com as características do município (MDS, 2009).

O IGD é formulado com base em quatro variáveis que representam cada uma delas 25% do seu valor total, de acordo com as informações de:

- a) atualização da base de dados do CadÚnico - são considerados atualizados os cadastros que tiveram alteração nos campos de CPF ou título de eleitor para o responsável pela unidade familiar, endereço, renda, mudança de responsável pela unidade familiar ou do número de pessoas da família, no mínimo a cada 2 anos;

- b) validação cadastral - consideram-se validados os cadastros que têm informação de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou título de eleitor para o responsável pela unidade familiar e todos os campos obrigatórios do CadÚnico preenchidos;
- c) acompanhamento e registro de condicionalidades de educação - as informações sobre a frequência escolar dos alunos entre 7 e 15 anos devem ser inseridas no sistema de frequência do Ministério da Educação (MEC);
- d) acompanhamento e registro de condicionalidades de saúde: as informações sobre frequência do acompanhamento de saúde das gestantes, mães em fase de amamentação, crianças menores de 7 anos deve ser inseridas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde (SISVAN) (MDS, 2009).

Quanto melhor o desempenho do município em cada um dos componentes do IGD, melhor a gestão e, conseqüentemente, maior será o repasse para apoio à gestão (MDS, 2009).

O repasse mensal resulta da multiplicação do IGD pelo valor de referência de R\$ 2,50, e da multiplicação deste produto pelo número de famílias beneficiárias do município. Além disso, as primeiras 200 famílias de cada município geram um repasse em dobro para a prefeitura, pois os municípios de pequeno porte têm um número menor de famílias e mais dificuldade de montar uma estrutura para atendimento (MDS, 2009).

Os valores do IGD são calculados de acordo com a seguinte fórmula: O IGD é a soma de todos os indicadores que o compõem: taxas de cadastro válido, de atualização de cadastros, de crianças com informação de frequência escolar e de famílias com acompanhamento de agenda de saúde dividida por quatro (MDS, 2009).

O repasse é feito por transferência fundo a fundo, ou seja, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal da Assistência Social (FMAS) (MDS, 2009).

Não receberão recursos do IGD, os municípios que:

- a) não atingirem o IGD mínimo de 0,55;
- b) não atingirem o valor mínimo de 0,2 em cada um dos indicadores que compõe o IGD;

- c) não estiverem habilitados na gestão da assistência social;
- d) não assinaram o termo de adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico dos programas sociais (MDS, 2009).

De acordo com a Portaria nº 148, artigo 2º, os recursos transferidos devem ser utilizados nas seguintes atividades:

- a) gestão de condicionalidades;
- b) gestão de benefícios;
- c) acompanhamento das famílias beneficiárias;
- d) cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados contidos no CadÚnico;
- e) atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do Programa Bolsa Família;
- f) implementação de programas complementares ao Programa Bolsa Família nas áreas de:
 - alfabetização e educação de jovens e adultos;
 - capacitação profissional;
 - geração de trabalho e renda;
 - acesso ao microcrédito produtivo orientado;
 - desenvolvimento comunitário e territorial, dentre outras;
- g) atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do PBF (MDS, 2009).

Entre as características da forma de repasse de recursos para apoio à gestão representada pelo IGD, merecem destaque:

- a) é uma forma de transferência que respeita a autonomia municipal na gestão do PBF;
- b) a transferência é regular e automática;
- c) incentiva qualidade de gestão;
- d) incentiva ação intersetorial, própria do desenho do PBF;
- e) dá autonomia de gestão, desde que a ação seja vinculada ao PBF;
- f) permite utilizar o recurso para apoio à gestão e para apoio às famílias (MDS, 2009).

O próximo capítulo aborda o impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição infantil no estado do Paraná.

4 IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A DESNUTRIÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo aborda o impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição infantil no estado do Paraná. Ele está dividido em três seções. A primeira seção mostra os aspectos espaciais e socioeconômicos do estado do Paraná, a segunda seção apresenta a análise do impacto em si, verificando a relação entre os índices de IGD e nível de desnutrição e a terceira e última seção apresenta de forma breve o impacto que o tamanho da população do município exerce sobre o IGD e o índice de desnutrição.

4.1 ASPECTOS ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO PARANÁ

O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na região sul do país. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Sua capital é Curitiba. Seus principais dados estão expressos na TABELA 3.

TABELA 3 - PARANÁ – DADOS GERAIS	
DADO	VALOR
ÁREA (KM ²)	199.880
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2007) (HAB.KM ²)	51,45
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	399
POPULAÇÃO DO PARANÁ (2007)	10.284.503
PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO DO BRASIL (%)	5,59
POPULAÇÃO URBANA (2006) (%)	84,5
IDH (2000)	0,787
FONTE: IPARDES (2009).	

A economia paranaense foi a quinta maior do País no ano de 2008. No mesmo ano, o valor do PIB atingiu R\$ 168,8 bilhões, com uma taxa de crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, respondendo por 5,84% do PIB nacional. O setor de serviços é preponderante na economia do Paraná, sendo responsável por 62,7% do PIB estadual. A seguir, vêm os setores industrial e agropecuário, com participações de 29,1% e 8,2%, respectivamente. Embora tenha menor importância relativa entre os ramos de atividade, a agropecuária paranaense é representativa em termos econômicos, atingindo participação superior à registrada pelo setor primário em nível nacional (IPARDES, 2009).

A rede atual de instituições públicas e privadas de ensino existente no Paraná oferece as condições para a qualificação de mão-de-obra técnica, tanto de nível médio, como de nível superior, destacando-se a presença de uma universidade tecnológica federal, com onze *campi* distribuídos em várias regiões do Estado. Essa rede permite rapidamente formar os contingentes especializados de que o setor produtivo necessita, levando-o a alcançar índices de produtividade previstos em seus projetos. A infra-estrutura técnico-científica do Estado (institutos de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras e parques tecnológicos, instituições de ensino superior) consolidou-se, ao longo das últimas décadas, em torno de Curitiba e dos principais pólos regionais do Estado. São entidades preparadas para atender à demanda das mais modernas e variadas atividades da agropecuária, da indústria e de serviços, dentro de padrões de exigência internacional (IPARDES, 2009).

Os serviços de saúde pública estão presentes com atendimento básico nos 399 municípios paranaenses. O Estado conta com uma rede de hospitais universitários e de ensino, localizados na região metropolitana de Curitiba, na região norte e na região oeste, com qualificação e especialização nos serviços ofertados, como transplantes, cirurgias cardiovasculares e outros procedimentos de alta complexidade. Essa rede, somada aos demais hospitais públicos, oferta em torno de 28,5 mil leitos. Dispõe ainda de uma rede de 346 hospitais privados, com aproximadamente 22,3 mil leitos, oferecendo cobertura de atendimento a todas as regiões do Estado (IPARDES, 2009).

Os valores referentes ao Programa Bolsa Família nos anos de 2007 e 2008 no Paraná estão apresentados na TABELA 4. A partir dessa tabela é possível verificar um aumento de 5,16% no total do repasse do IGD aos municípios e aumento de 10,16% no total do repasse dos benefícios às famílias, no ano de 2008 em relação ao ano anterior.

TABELA 4 - PARANÁ – BOLSA FAMÍLIA – 2007 - 2008

ANO	MÉDIA MENSAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	REPASSE DO IGD (R\$)		REPASSE DOS BENEFÍCIOS (R\$)	
		TOTAL ANUAL	MÉDIA MENSAL	TOTAL ANUAL	MÉDIA MENSAL
2007	429.626	10.315.131,38	859.594,28	328.656.810,00	27.388.067,50
2008	424.397	10.847.487,86	903.957,32	362.035.872,00	30.169.656,00
TOTAL		21.162.619,24		690.692.682,00	

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008).

4.2 VERIFICANDO O IMPACTO: A RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE IGD E NÍVEL DE DESNUTRIÇÃO

O impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição infantil será verificado analisando a relação entre o IGD e os aspectos nutricionais das crianças de 0 a 9 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família de cada município.

4.2.1 Apresentação das variáveis

O IGD pode ser considerado um índice de eficiência da aplicação dos recursos do Programa Bolsa Família no município, dessa forma, espera-se, *a priori*, que os municípios com índices de IGD mais elevados tenham índices de desnutrição mais baixos. Essa relação é justificada pela premissa que o Programa Bolsa Família também integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Vide (3.4) para maiores informações sobre o IGD.

Os aspectos nutricionais das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família são fornecidos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e disponibilizados através do sítio do Banco De Dados Do Sistema Único De Saúde (DATASUS). O SISVAN corresponde a um sistema de informações que tem como objetivo principal promover informação contínua sobre as condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam. Esta informação fornece uma base para decisões a serem tomadas pelos responsáveis por políticas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional. O SISVAN – Bolsa Família destina-se ao registro do estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família. A partir do segundo semestre de 2006, foi disponibilizada a possibilidade de inserção de dados sobre o estado nutricional dos beneficiários, compondo as estratégias adotadas para o monitoramento da situação nutricional da população brasileira. São acessadas as informações do estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família acompanhados pelo setor saúde, cujos dados foram registrados no sistema e enviados via Internet ao final de cada vigência do programa (DATASUS, 2008).

A avaliação nutricional é importante no diagnóstico, já que mede, de diversas maneiras, as condições nutricionais do organismo, determinadas pelos processos de ingestão, absorção, utilização e excreção de nutrientes, ou seja, a avaliação nutricional determina o estado nutricional, que é resultante do balanço entre a ingestão e a perda de nutrientes. A avaliação do estado nutricional é uma etapa fundamental no estudo de uma criança, para que possamos verificar se o crescimento está se afastando do padrão esperado por doença e, ou por condições sociais desfavoráveis, portanto, o estado nutricional de uma população é um excelente indicador de sua qualidade de vida (MELLO, 2002).

A classificação do estado nutricional é realizado por meio da combinação entre uma medida antropométrica e uma medida demográfica (peso por idade). O peso por idade expressa a relação entre a massa corporal e a idade cronológica da criança. É o índice utilizado para a avaliação do estado nutricional, principalmente para caracterização do baixo peso. Essa avaliação é muito adequada para o acompanhamento do crescimento infantil e reflete a situação global do indivíduo; porém, não diferencia o comprometimento nutricional atual ou agudo dos pregressos ou crônicos. Este índice é contemplado na Caderneta de Saúde da Criança, que é distribuído em maternidades e em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (DATASUS, 2008).

Este índice é calculado da seguinte forma: o peso da criança é aferido segundo métodos preconizados e registrado em quilos. A idade da criança é calculada em meses. Tais valores são identificados no gráfico de crescimento infantil, segundo o sexo. Este gráfico corresponde a curvas que refletem o crescimento de uma população de referência, isto é, aquela que inclui dados referentes a indivíduos saudáveis, vivendo em condições socioeconômicas, culturais e ambientais satisfatórias. No gráfico apresentado na Caderneta de Saúde da Criança, constam os percentis de peso por idade. A intersecção da medida de peso da criança e da sua idade possibilitará a identificação da faixa de percentil de peso por idade do indivíduo, devendo ser observados os pontos de corte para sua interpretação. O percentil de peso por idade em que se encontra a criança também pode ser identificado por meio de tabelas que apresentam diferentes valores de peso em função da idade e do sexo do indivíduo (DATASUS, 2008).

São definidos quatro pontos de corte para o indicador de peso por idade (percentis 0,1, 3, 10 e 97), definido pela letra P, permitindo a seguinte classificação

do estado nutricional infantil: P abaixo do percentil 0,1 - criança com peso muito baixo para a idade; P maior ou igual ao percentil 0,1 e menor que o percentil 3 - criança com peso baixo para a idade; P maior ou igual ao percentil 3 e menor que o percentil 10 - criança em risco nutricional; P maior ou igual ao percentil 10 e menor que o percentil 97 - criança com peso adequado para a idade (eutrófica); P maior ou igual ao percentil 97: criança com risco de sobrepeso (DATASUS, 2008).

Nesta monografia, para classificar as crianças abaixo do peso, será utilizado o índice da população que se encontra entre P maior ou igual a zero e P menor que dez. Esse índice receberá o nome de DESNUTRIÇÃO.

4.2.2 Descrição estatística

Para verificar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição infantil dos municípios paranaenses, foi analisada a relação entre o IGD do município e o índice de DESNUTRIÇÃO das crianças beneficiárias do programa. O software utilizado para o processamento dos dados foi o STATA/SE versão 10.

Como o IGD pode ser considerado o grau de eficiência da aplicação dos recursos do Programa Bolsa Família no município, é de se esperar, *a priori*, que o índice de IGD tenha uma relação inversa (negativa) com o índice de DESNUTRIÇÃO.

Os dados são apresentados semestralmente, no período que corresponde do primeiro semestre de 2007 ao segundo semestre de 2008, gerando dessa forma quatro anotações no tempo. Esses dados formam um painel desbalanceado, pois a quantidade de municípios que informaram os aspectos nutricionais dos beneficiários aumenta ao longo dos semestres, ou seja, a amostra aumenta ao decorrer do tempo (TABELA 5). Já o IGD apresenta dados para todos os 399 municípios para cada um dos quatro semestres. Estes dados podem ser observados na integra no ANEXO desta monografia.

TABELA 5 - PARANÁ - AMOSTRAS SOBRE DESNUTRIÇÃO POR SEMESTRE - 2007 - 2008	
PERÍODO	QUANTIDADE
1º SEMESTRE/2007	360
2º SEMESTRE/2007	367
1º SEMESTRE/2008	379
2º SEMESTRE/2008	380
FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do DATASUS(2008).	

O IGD é um índice que tem a abrangência de 0 a 1, que, quanto mais próximo de 1, mais eficiente é a gestão do município referente ao Programa Bolsa Família. O nível de DESNUTRIÇÃO também é um índice que tem a abrangência de 0 a 1, que, quanto mais próximo de 0, melhor o estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município. A TABELA 6 representa os dados em painel dos índices de IGD e de DESNUTRIÇÃO de toda a amostra, isto é, todos os dados foram agrupados sendo que o período não foi levado em consideração. Os municípios que apresentaram o menor e maior índice de IGD da amostra foram respectivamente Mangueirinha no 1º semestre de 2007 (IGD=0,3666667) e Jussara no 1º semestre de 2007 (IGD=0,98). O município que apresentou o maior índice de DESNUTRIÇÃO foi Luiziana no 1º semestre de 2007 (DESNUTRIÇÃO=1). Trinta e oito amostras apresentaram o índice de DESNUTRIÇÃO igual à zero.

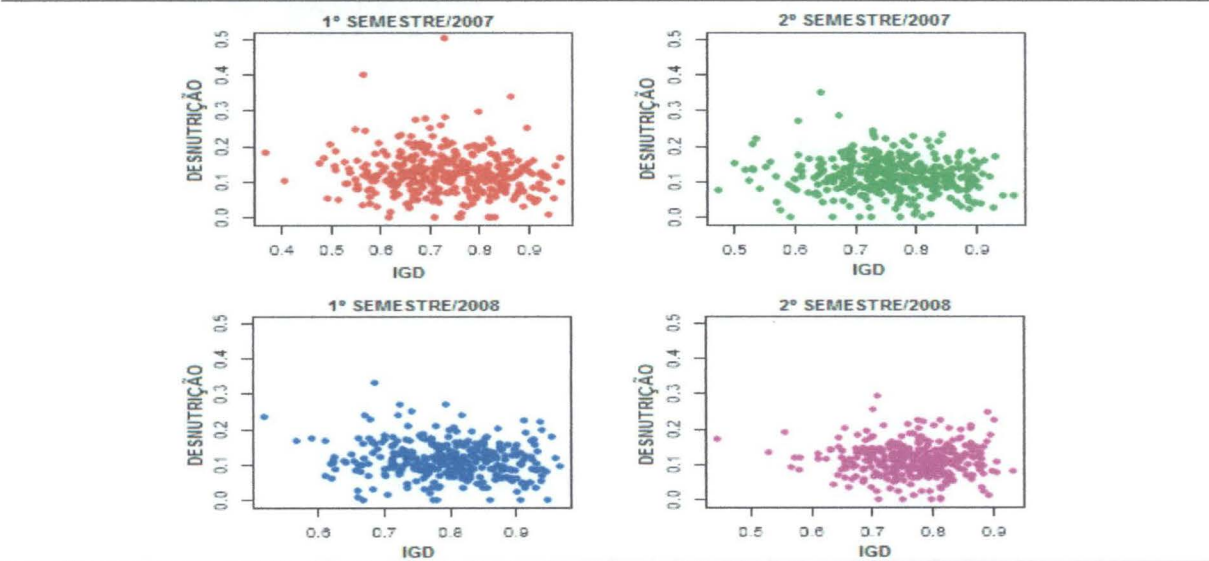
TABELA 6 - PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – GERAL – 2007 - 2008

VARIÁVEL	AMOSTRAS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MINIMO	MÁXIMO
IGD	1596	0,7695729	0,0928910	0,3666667	0,98
DESNUTRIÇÃO	1486	0,1149671	0,0577139	0,0000000	1,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

A fim de observar o comportamento da relação entre as variáveis nível de DESNUTRIÇÃO e IGD, a FIGURA 1 trás os gráficos de dispersão para cada um dos semestres abordados.

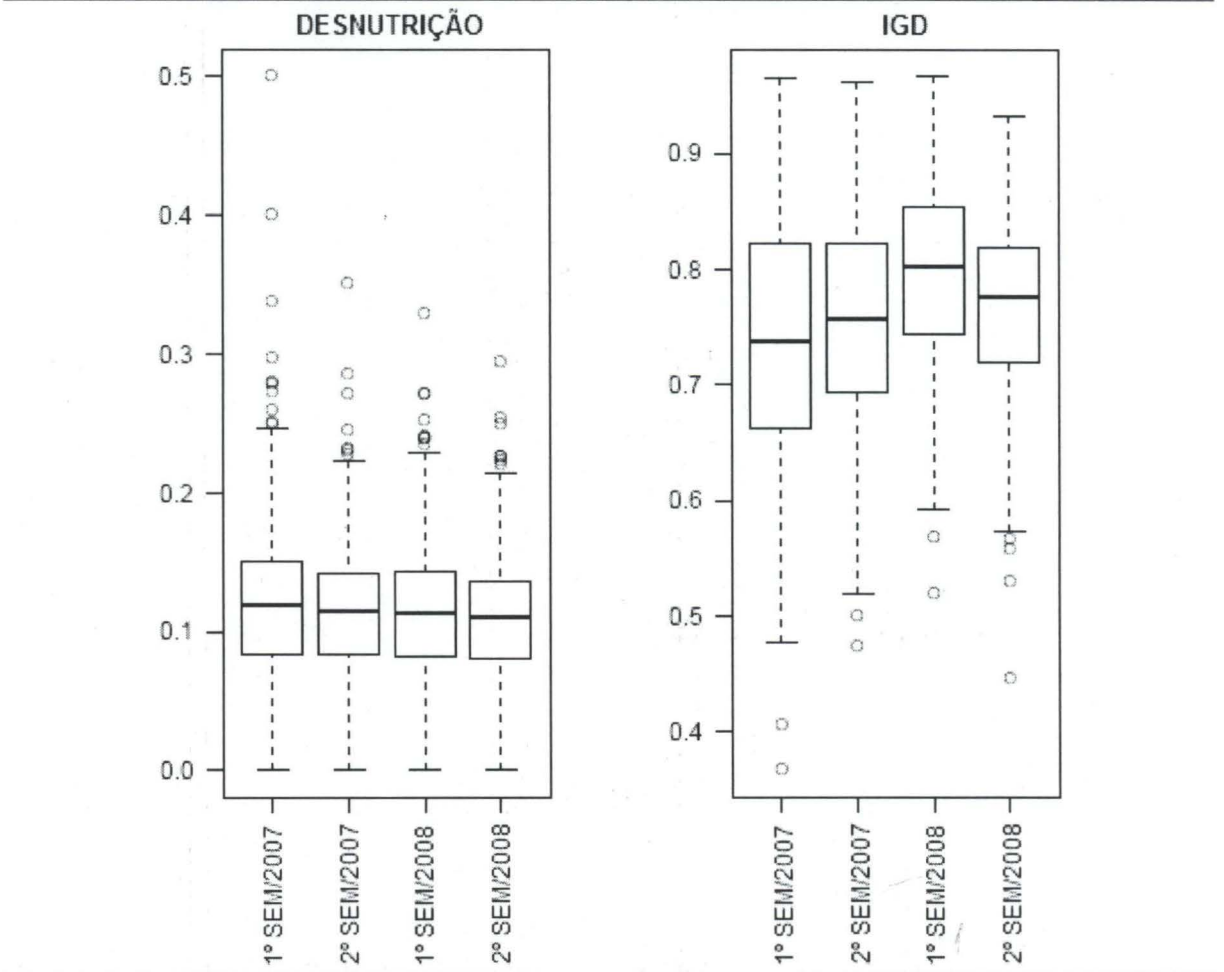
FIGURA 1 - GRÁFICOS DE DISPERSÃO PARA CADA SEMESTRE DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 – 2008



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Pela FIGURA 1 não é possível evidenciar de forma clara a relação linear entre o nível de DESNUTRIÇÃO e IGD. No entanto, é notório que a variabilidade dos dados diminuiu ao decorrer dos semestres, o que fica mais claro na FIGURA 2, que apresenta o *box-plot* para cada variável dentro dos semestres. Essa redução na variabilidade pode indicar que o tempo tem influencia sobre o nível de DESNUTRIÇÃO e IGD.

FIGURA 2 - BLOX-PLOT PARA DESNUTRIÇÃO E IGD – PARANÁ – 2007 - 2008



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Para verificar a relação obtida no *box-plot* da FIGURA 2 foi comparada a média das amostras de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO ao longo dos semestres. Foram definidos quatro períodos, divididos em semestres, indo do 1º semestre de 2007 ao 2º semestre de 2008. Foram comparadas as médias somente dos municípios apresentaram o índice de nível de DESNUTRIÇÃO no período. O resultado desse teste está descrito na TABELA 7.

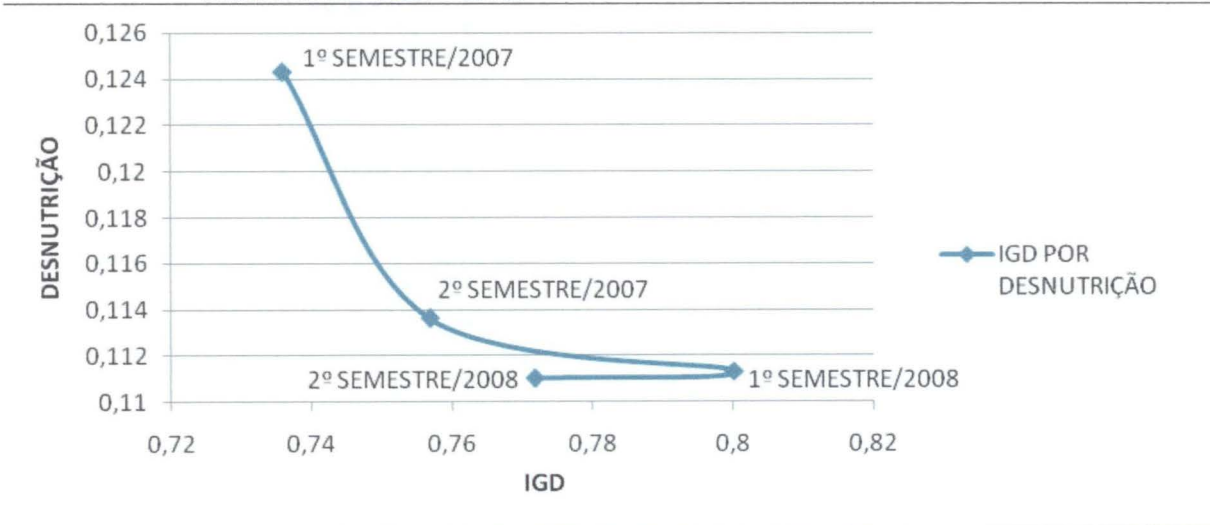
TABELA 7 - PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR SEMESTRE – 2007 - 2008

PERÍODO	IGD		DESNUTRIÇÃO		OBSERVAÇÕES
	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	
1º SEMESTRE/2007	0,7359583	0,0058253	0,1243039	0,0040434	360
2º SEMESTRE/2007	0,7568392	0,0047108	0,1136434	0,0026980	367
1º SEMESTRE/2008	0,8002111	0,0042138	0,1113341	0,0025792	379
2º SEMESTRE/2008	0,7717456	0,0037410	0,1110237	0,0024432	380

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Analizando os resultados obtidos na TABELA 7, foi observado que a média do índice nível de DESNUTRIÇÃO caiu gradativamente ao longo do tempo. Também foi observado que a média do índice de IGD aumentou gradativamente ao longo dos três primeiros semestres e no quarto e último semestre a média do índice de IGD sofreu uma queda. É importante salientar que essa queda da média do IGD no último semestre não resultou em uma menor média do nível de DESNUTRIÇÃO no período, cuja mesmo permaneceu constante. Este fato pode indicar que o nível de DESNUTRIÇÃO no último semestre pode ter sido influenciado pelo efeito passado do Programa Bolsa Família. Dessa forma, obtemos nesse o teste uma relação inversa (negativa) entre as variáveis, confirmando o resultado esperado *a priori* deste estudo. Os resultados desse teste foram plotados no gráfico na FIGURA 3, onde a relação inversa entre as variáveis é claramente observada.

FIGURA 3 - PARANÁ – GRÁFICO DO PAINEL DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR SEMESTRE – 2007 - 2008



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Realizando os testes de correlação e de *spearman* sobre o conjunto de todas as amostras de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO, obtemos em ambos os testes

uma relação inversa (negativa) entre as variáveis, confirmando o resultado esperado *a priori* deste estudo. O resultado desses testes pode ser observado na TABELA 8. É importante ressaltar que ambos os testes apresentaram resultados muito baixos, indicando a não existência de uma relação forte entre o IGD e nível de DESNUTRIÇÃO.

TABELA 8 - PARANÁ – TESTES DE CORRELAÇÃO E DE SPEARMAN SOBRE O IGD E A DESNUTRIÇÃO – GERAL – 2007 - 2008

TESTE	RESULTADO
CORRELAÇÃO	- 0,1189
SPEARMAN ¹	- 0,1059

¹ Estatisticamente significativa (p<0,05).
FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Outro teste realizado foi comparar a média das amostras de nível de DESNUTRIÇÃO por pontos de corte de IGD. Conforme os dados de mínimo e máximo obtidos na TABELA 6, foram definidos seis pontos de corte para o IGD, indo de 0,4 a 0,9. Foram comparadas as médias das amostras de nível de DESNUTRIÇÃO com o IGD abaixo do ponto de corte e as amostras com o IGD acima ou igual ao ponto de corte. O resultado desse teste está descrito na TABELA 9.

TABELA 9 - PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR CORTE DE IGD – 2007 – 2008

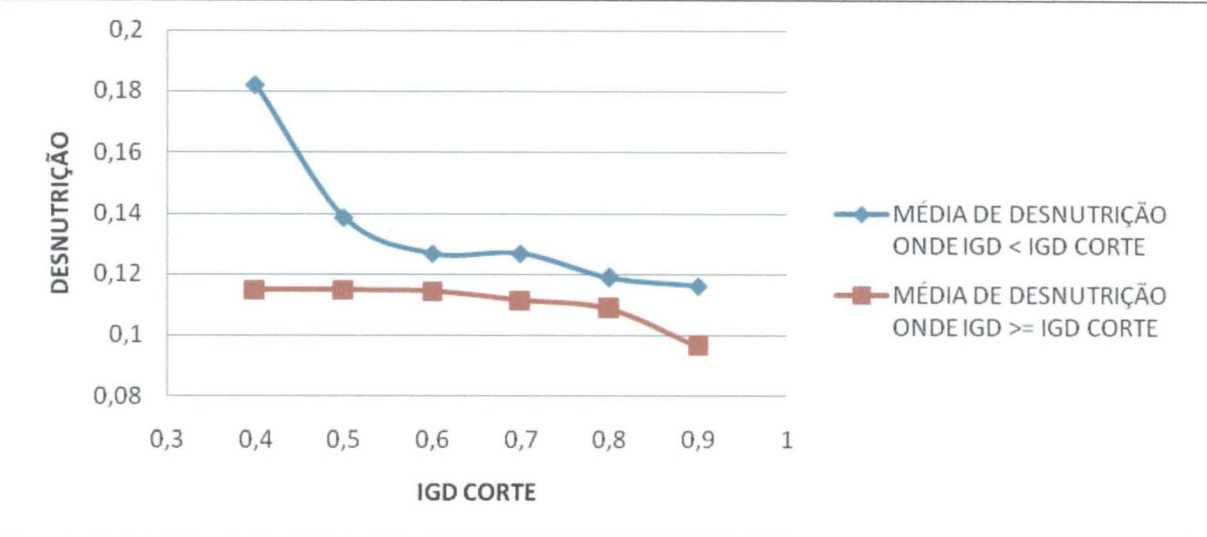
IGD CORTE	DESNUTRIÇÃO (ONDE IGD < IGD CORTE)			DESNUTRIÇÃO (ONDE IGD ≥ IGD CORTE)		
	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	OBSERVAÇÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	OBSERVAÇÕES
0,4	0,1821561	0,0000000	1	0,1149219	0,0014975	1485
0,5	0,1385991	0,0190966	8	0,1148392	0,0015015	1478
0,6	0,1266632	0,0073503	72	0,1143716	0,0015272	1414
0,7	0,1266998	0,0040241	338	0,1115127	0,0015198	1148
0,8	0,1188792	0,0020670	912	0,1087515	0,0020339	574
0,9	0,1161126	0,0015481	1400	0,0963199	0,0054972	86

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Analisando os resultados obtidos na TABELA 9, foi observado que quanto maior o ponto de corte de IGD, menor é a média do nível de DESNUTRIÇÃO, tanto nas amostras onde o IGD foi menor que o ponto de corte, quanto nas amostras onde o IGD foi maior ou igual ao ponto de corte. Obtemos em ambas as comparações do teste uma relação inversa (negativa) entre as variáveis, confirmando o resultado

esperado *a priori* deste estudo. O resultado desse teste foi plotado no gráfico da FIGURA 4, onde a relação inversa entre as variáveis é claramente observada.

FIGURA 4 - PARANÁ – GRÁFICO DO PAINEL DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR CORTE DE IGD – 2007 – 2008



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

4.2.3 Modelagem

A presente seção tem o interesse de quantificar a relação linear observada na Descrição Estatística para as variáveis nível de DESNUTRIÇÃO e IGD. Para tanto, foi ajustado um modelo de regressão linear múltipla considerando IGD e período como covariáveis para explicar a variação do nível de DESNUTRIÇÃO. Também foram ajustados modelos de regressão em painel, tanto sobre efeitos fixos quanto para efeitos aleatórios.

As estimativas dos parâmetros do modelo de regressão linear múltipla ajustado são apresentados no TABELA 10, o qual ainda trás o P-Valor para cada um dos parâmetros estimados. Esse teste foi realizado ao nível de significância de 10%.

A partir dos valores dos coeficientes do modelo de regressão linear múltipla ajustado na TABELA 10 foi possível observar que tanto IGD quanto o período possuem uma relação inversa (negativa) sobre o nível de DESNUTRIÇÃO, confirmando o resultado esperado *a priori* deste estudo. O coeficiente de determinação do modelo ajustado foi 0,0193, o que informa que IGD e período, apesar de terem influencia sobre o nível de DESNUTRIÇÃO segundo os resultados

de P-Valor, juntos não explicam mais de 2% da variação total do nível de DESNUTRIÇÃO.

TABELA 10 - RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA DESNUTRIÇÃO E IGD – PARANÁ – 2007 - 2008

VARIÁVEL		COEFICIENTE	P-VALOR
CONSTANTE		0,1731289	0,000
IGD		- 0,0663420	0,000
2º SEMESTRE/2007		- 0,0092752	0,030
1º SEMESTRE/2008		- 0,0087071	0,045
2º SEMESTRE/2008		- 0,0109060	0,010
R ²	0,0193		
R ² Ajustado	0,0166		
F (4, 1481)	7,2800		
Nº Observações	1486		

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

As estimativas dos parâmetros do modelo de regressão dos dados em painel sobre efeitos fixos ajustado são apresentadas no TABELA 11, o qual ainda trás o P-Valor para cada um dos parâmetros estimados. Esse teste foi realizado ao nível de significância de 10%. A partir do P-Valor observado na TABELA 11, conclui-se que o modelo de regressão dos dados em painel sobre efeitos fixos ajustado não possui relevância estatística.

TABELA 11 - RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR DADOS EM PAINEL (EFEITOS FIXOS) PARA IGD E DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 - 2008

VARIÁVEL		COEFICIENTE	P-VALOR
CONSTANTE		0,1233351	0,000
IGD		- 0,0109149	0,567
R ² Within	0,0003		
R ² Between	0,0260		
R ² Overall	0,0141		
F (1, 1093)	0,3300		
Nº OBSERVAÇÕES	1486		

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

As estimativas dos parâmetros do modelo de regressão dos dados em painel sobre efeitos aleatórios ajustado são apresentadas no TABELA 12, o qual ainda trás o P-Valor para cada um dos parâmetros estimados. Esse teste foi realizado ao nível de significância de 10%.

A partir dos valores dos coeficientes do modelo de dados em painel sobre efeitos aleatórios ajustado da TABELA 12 foi possível observar que o IGD possui uma relação inversa (negativa) sobre o nível de DESNUTRIÇÃO, confirmando o resultado esperado *a priori* deste estudo. O coeficiente de determinação do modelo

ajustado foi 0,0260, o que informa que IGD, apesar de ter influencia sobre o nível de DESNUTRIÇÃO segundo o resultado de P-Valor, não explica mais de 3% da variação total do nível de DESNUTRIÇÃO.

TABELA 12 - RESULTADO DA ESTIMAÇÃO POR DADOS EM PAINEL (EFEITOS ALEATÓRIOS) PARA IGD E DESNUTRIÇÃO – PARANÁ – 2007 - 2008

VARIÁVEL		COEFICIENTE	P-VALOR
CONSTANTE		0,1404167	0,000
IGD		-0,0311670	0.067
R ² Within	0,0003		
R ² Between	0,0260		
R ² Overall	0,0141		
Teste Wald	3,3500		
Nº OBSERVAÇÕES	1486		

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008) e DATASUS(2008).

Foi realizado de teste de *hausman* sobre os resultados obtidos nas regressões dos dados em painel sobre o modelo de efeitos fixos e sobre o modelo de efeitos aleatórios para verificar qual é o melhor modelo para explicar a relação entre o nível de DESNUTRIÇÃO e IGD. O teste de *hausman* obteve o resultado de 5,50(0,0190), indicando que o melhor modelo é o de efeitos aleatórios. Esse resultado é coerente, visto que vários fatores endógenos dos municípios podem interferir sobre o nível de DESNUTRIÇÃO.

4.3 INFLUÊNCIA DO TAMANHO DA POPULAÇÃO SOBRE O IGD E A DESNUTRIÇÃO

Esta seção analisa, de forma breve, de que forma o tamanho da população de um município interfere nos índices de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO. Para isso foi comparada a média de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO para municípios pequenos (população < 10.000), municípios médios (10.000 ≤ população < 100.000) e municípios grandes (população ≥ 100.000). O resultado deste teste está descrito na TABELA 13, onde o período não foi considerado.

Analisando os resultados obtidos na TABELA 13, foi observado que a média do índice nível de DESNUTRIÇÃO aumenta gradativamente quanto maior for a população do município. Também foi observado que a média do índice de IGD diminui gradativamente quanto maior for a população do município. Dessa forma, obtemos nesse o teste uma relação inversa (negativa) entre as variáveis,

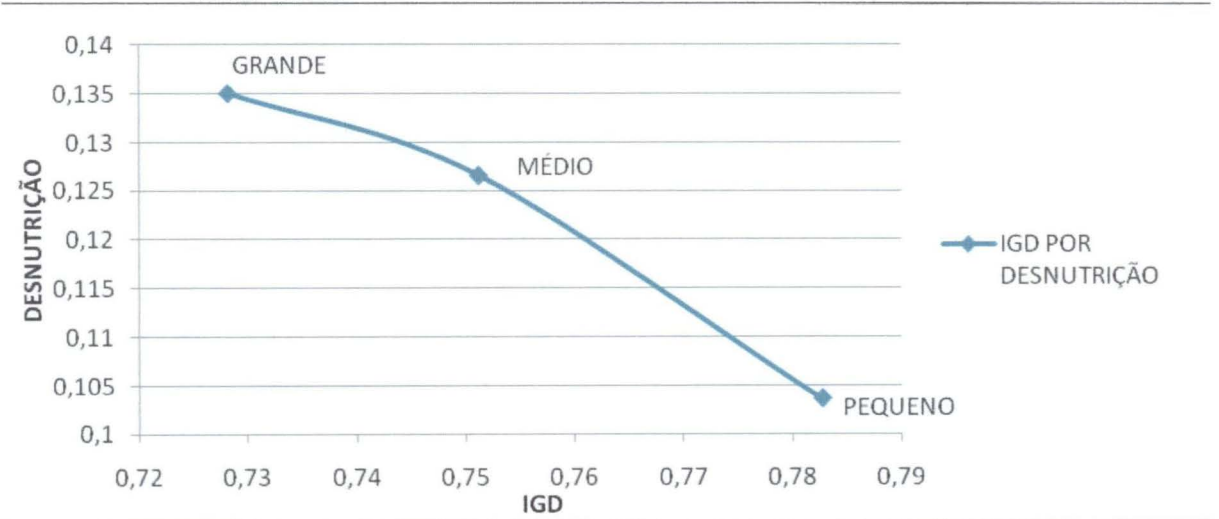
confirmando o resultado esperado *a priori* deste estudo. Os resultados desse teste foram plotados no gráfico na FIGURA 5, onde a relação inversa entre as variáveis é claramente observada.

TABELA 13 - PARANÁ – PAINEL DE IGD E DESNUTRIÇÃO – POR PORTE MUNICÍPIO – 2007 - 2008

PORTE MUNICÍPIO	IGD		DESNUTRIÇÃO		OBSERVAÇÕES
	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	
PEQUENO	0,7827355	0,0032762	0,1036239	0,0021632	775
MÉDIO	0,7511978	0,0035608	0,1265687	0,0020947	647
GRANDE	0,7281771	0,0116752	0,1350417	0,0048029	64

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008), DATASUS(2008) e IPARDES(2009).

FIGURA 5 - PARANÁ – GRÁFICO DE IGD POR DESNUTRIÇÃO – POR PORTE MUNICÍPIO – 2007 - 2008



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do MDS(2008), DATASUS(2008) e IPARDES(2009).

Também foi observado que o índice de IGD é viesado ao tamanho da população. Isso demonstra que a ação social do Programa Bolsa Família se dá de maneira mais eficiente em municípios de pequeno porte, onde o controle e acompanhamento dos beneficiários se dão de maneira muito mais fácil do que municípios de grande porte. Esse fato também contraria a premissa que em municípios de grande porte a gestão possui uma melhor capacitação, ou seja, possui uma melhor *Capacity Building*, sendo que, nesses municípios o IGD deveria ser maior do que nos municípios de pequeno porte, e no teste da TABELA 13 foi observado justamente o contrário. Essa dificuldade de acompanhamento dos beneficiários nos municípios de grande porte pode ser explicada, também, pela alta

mobilidade das famílias beneficiárias dentro da cidade e regiões metropolitanas e a relação entre agentes sociais por número de habitantes. O comportamento do tamanho população sobre o IGD foi não analisado de forma mais profunda nesta monografia, gerando um tema para uma próxima pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O Programa Bolsa Família atua dentro da faixa, definida pelo Banco Mundial, da pobreza extrema e da pobreza moderada. O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia e pobreza moderada como viver com renda entre 1 e 2 dólares por dia. Considerando que taxa de câmbio gira em torno de R\$2,00 $\approx$ US\$1,00, os valores definidos pelo Banco Mundial se enquadram dentro dos critérios de renda *per capita* máxima utilizados pelo PBF para a concessão dos benefícios, com renda *per capita* de até R\$69,00 para situação de pobreza extrema e com renda *per capita* de R\$ 69,01 a R\$ 137,00 para a situação de pobreza.

As análises feitas na seção de Descrição Estatísticas apontaram uma relação inversa (negativa) entre as variáveis de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO, confirmando o resultado esperado deste estudo, que quanto maior o índice de IGD menor o nível de DESNUTRIÇÃO infantil. Essas análises também apontaram uma redução do nível de DESNUTRIÇÃO e um aumento IGD ao longo do período analisado. Também foi observado uma redução da variabilidade das duas variáveis ao longo do tempo.

A análise de regressão múltipla realizada evidenciou, ao nível de significância de 10%, que IGD e período têm influencia sobre o nível de DESNUTRIÇÃO, mas juntos explicam menos de 2% da variação total do nível de DESNUTRIÇÃO. Já a análise de regressão dos dados em painel sobre efeito aleatório, escolhida como a melhor pelo teste de *hausman*, também evidenciou, ao nível de significância de 10%, que IGD têm influencia sobre o nível de DESNUTRIÇÃO, mas explica menos de 3% da variação total do nível de DESNUTRIÇÃO. É importante lembrar que a relação encontrada em ambos os testes citados acima, foi inversa (negativa) entre as variáveis de IGD e nível de DESNUTRIÇÃO confirmando o resultado esperado deste estudo. Assim, podemos observar, a partir dessas análises, que IGD e o período tem relação com o nível de DESNUTRIÇÃO, porém não são suficientes para explicar a variação total do nível de DESNUTRIÇÃO de forma satisfatória.

Também foi verificado que o índice de IGD pode ser viesado ao tamanho da população do município. Isso demonstra que a ação social do Programa Bolsa Família se dá de maneira mais eficiente em municípios de pequeno porte, onde o

controle e acompanhamento dos beneficiários se dão de maneira muito mais fácil do que municípios de grande porte. Essa dificuldade de acompanhamento dos beneficiários nos municípios de grande porte pode ser explicada, também, pela alta mobilidade das famílias beneficiárias dentro do próprio município e regiões metropolitanas e a relação entre agentes sociais por número de habitantes. É importante lembrar que o nível de DESNUTRIÇÃO foi menor nas cidades de pequeno porte.

Apesar dos testes de regressão não apontarem uma correlação forte entre os índices de IGD e DESNUTRIÇÃO, não podemos descartar a hipótese que o Programa Bolsa Família influenciou a redução do nível de desnutrição infantil no estado do Paraná, demonstrando que municípios com uma boa gestão do PBF conseguiram uma redução do nível desnutrição infantil. Dessa forma, podemos afirmar que os municípios devem centrar sua atenção em uma série de ações direcionadas a ajudar as gestões do Programa Bolsa Família no processo de desenvolvimento para aumentar os seus conhecimentos, habilidades e compreensões e desenvolver as atitudes necessárias para concretizar os objetivos do programa. Também se faz necessário criar mecanismos para adaptar o PBF de acordo com o número de habitantes do município. Vale lembrar que as necessidades de capacitação estão sempre mudando. Não existem soluções prontas, e qualquer ação do Programa Bolsa Família deve ser adequada a situação local.

REFERÊNCIAS

BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Bolsa família: notas técnicas.**

Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi-win/BOLSA/CNV/notas_bfa.html>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família: Paraná.** Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?bolsa/cnv/ACOMP_PR>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

CASTRO, JORGE ABRAHÃO DE. **Avaliação de políticas públicas.** Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/cota_base_zero/02.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2009.

FARIA, CARLOS AURÉLIO PIMENTA DE. **A política de avaliação de políticas públicas.** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2009.

GLOBAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTER. **Defining capacity building.**

Disponível em: <<http://www.gdrc.org/uem/capacity-define.html>>. Acesso em: 28 de maio de 2009.

HENRIQUES, RICARDO et al. **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Base de Dados do Estado. Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 8 de novembro de 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Sobre o Paraná. Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MELLO, ELZA DANIEL DE. **O que significa a avaliação do estado nutricional.**

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v78n5/7805357.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Análise da pesquisa sobre a utilização dos recursos do índice de gestão descentralizada.**

Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1/pesquisa-igd-texto-final.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Cálculo Mensal IGD.** Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/adesao/index.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Índice de gestão descentralizada**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/bolsa-familia-1/gestor-tecnico-municipal/igd-2013-indice-de-gestao-descentralizada/html2pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: acompanhamento das condicionalidades. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/acompanhamento/>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: benefícios e condicionalidades. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas/>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: critérios de inclusão. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao/>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: critérios de seleção. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-selecao/>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: descumprimento de condicionalidades. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/advertencias-e-sancoes/>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: o que é. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: o que são condicionalidades. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades/>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: o que são programas remanescentes. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/fc_beneficiario/programas-remanescentes/o-que-sao-programas-remanescentes/>. Acesso em: 6 de novembro de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: responsabilidades governamentais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestao-de-beneficios/responsabilidades-governamentais/>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**: sistema de benefícios ao cidadão. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestao-de-beneficios/sistema-de-gestao-de-beneficios-e-sibec/>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

ROSSI, PETER et al. **Evaluation**: a systematic approach. EUA: Sage Publications, 1999.

ROURA, JUAN R. CUADRADO et al. **Política económica**: elaboración, objetivos e instrumentos. Espanha: Mc Graw Hill, 2006.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEGAS, WALDYR. **Avaliação de políticas públicas**: experiências brasileiras - procedimentos metodológicos. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047615.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2009.

ANEXO

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º SEMESTRE/2007		2º SEMESTRE/2007		1º SEMESTRE/2008		2º SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
Abatiá	7791	0,725000	-	0,931667	0,114754	0,935000	0,127820	0,916667	0,194268
Adrianópolis	6709	0,735000	0,161417	0,763333	0,140562	0,801667	0,136508	0,800000	0,113971
Agudos do Sul	8192	0,681667	0,197970	0,733333	0,125628	0,773333	0,154506	0,838333	0,125000
Almirante Tamandaré	93055	0,685000	0,124905	0,713333	0,125493	0,785000	0,140973	0,706667	0,141827
Altamira do Paraná	4369	0,668333	0,140969	0,646667	0,132420	0,738333	0,119266	0,708333	0,073771
Alto Paraíso	3252	0,950000	0,054348	0,943333	0,059702	0,966667	0,094118	0,811667	0,080645
Alto Paraná	12936	0,751667	0,085034	0,783333	0,112841	0,940000	0,085821	0,793333	0,113726
Alto Piquiri	10210	0,601667	-	0,623333	-	0,668333	-	0,695000	0,258475
Altônia	19904	0,550000	0,105431	0,693333	0,068354	0,751667	0,102102	0,713333	0,094956
Alvorada do Sul	9014	0,753333	-	0,900000	0,197183	0,888333	0,153846	0,821667	0,065657
Amaporã	5140	0,756667	0,125874	0,790000	0,102564	0,913333	0,125874	0,838333	0,114865
Ampére	17067	0,725000	-	0,713333	-	0,808333	0,091743	0,796667	0,205480
Anahy	2868	0,793333	0,132530	0,775000	0,150000	0,760000	0,062500	0,720000	0,119565
Andirá	21330	0,851667	0,181982	0,803333	0,144550	0,811667	0,098361	0,666667	0,103333
Ângulo	2807	0,963333	0,166667	0,870000	0,170732	0,856667	0,034483	0,795000	0,023810
Antonina	17581	0,506667	0,144476	0,611667	0,114458	0,623333	0,112094	0,750000	0,113475
Antônio Olinto	7477	0,711667	0,113636	0,728333	0,155102	0,860000	0,135747	0,746667	0,134921
Apucarana	115323	0,476667	0,150134	0,525000	0,102439	0,666667	0,098592	0,631667	0,140103
Arapongas	96669	0,746667	0,160850	0,716667	0,123059	0,745000	0,099644	0,690000	0,110947
Arapoti	25645	0,705000	0,180049	0,733333	0,120172	0,853333	0,174370	0,776667	0,174041
Arapuã	3945	0,850000	-	0,806667	-	0,906667	-	0,841667	-
Arauna	12650	0,800000	0,113281	0,796667	0,101626	0,816667	0,109890	0,785000	0,095455
Araucária	109943	0,750000	0,187225	0,696667	0,154114	0,851667	0,163170	0,843333	0,171633
Ariranha do Ivaí	2540	0,911667	-	0,923333	-	0,920000	0,114943	0,838333	0,148936
Assaí	16098	0,573333	0,129310	0,690000	0,131915	0,763333	0,113139	0,720000	0,110796
Assis Chateaubriand	32226	0,618333	0,097744	0,795000	0,050671	0,825000	0,083123	0,806667	0,060447
Astorga	24191	0,888333	0,072961	0,888333	0,090278	0,925000	0,088889	0,875000	0,093750
Atalaia	3627	0,813333	0,111111	0,761667	0,087719	0,776667	0,050633	0,815000	0,081081
Balsa Nova	10639	0,735000	0,117241	0,706667	0,124324	0,781667	0,089109	0,678333	0,138158
Bandeirantes	32290	0,508333	0,133333	0,633333	0,110360	0,723333	0,079365	0,690000	0,129542
Barbosa Ferraz	13655	0,771667	0,123762	0,793333	0,109948	0,821667	0,121723	0,786667	0,114563
Barra do Jacaré	2757	0,791667	0,052632	0,726667	0,000000	0,775000	0,000000	0,655000	0,062500
Barracão	9027	0,715000	0,154982	0,846667	0,098765	0,786667	0,122727	0,838333	0,121951
Bela Vista da Caroba	4136	0,876667	0,120000	0,736667	0,127389	0,725000	0,075000	0,833333	0,052356
Bela Vista do Paraíso	14996	0,816667	0,137500	0,836667	0,084112	0,715000	0,091549	0,796667	0,117647
Bituruna	16142	0,825000	0,207831	0,836667	0,212346	0,915000	0,190385	0,861667	0,207692
Boa Esperança	4706	0,886667	0,140940	0,830000	0,139535	0,883333	0,113044	0,831667	0,104348
Boa Esperança do Iguaçu	2866	0,796667	-	0,866667	0,035714	0,828333	0,064103	0,736667	0,000000
Boa Ventura de São Roque	6744	0,553333	0,090909	0,606667	0,175573	0,785000	0,036697	0,740000	0,058824
Boa Vista da Aparecida	7818	0,705000	0,045455	0,690000	0,164179	0,680000	0,228571	0,611667	0,127660
Bocaiúva do Sul	9533	0,690000	0,277567	0,666667	0,140940	0,690000	0,145299	0,676667	0,180617
Bom Jesus do Sul	3835	0,881667	-	0,916667	-	0,938333	0,072727	0,898333	0,184397
Bom Sucesso	6397	0,868333	0,048246	0,896667	0,043290	0,933333	0,081633	0,875000	0,097143
Bom Sucesso do Sul	3061	0,756667	0,000000	0,800000	0,016667	0,825000	0,066667	0,711667	0,102041
Borrazópolis	8275	0,750000	0,116751	0,696667	0,070175	0,720000	0,127273	0,745000	0,097561
Braganey	6044	0,721667	-	0,800000	-	0,860000	-	0,740000	-
Brasilândia do Sul	3306	0,686667	-	0,696667	-	0,753333	0,094891	0,826667	0,058824
Cafeara	2702	0,771667	0,266667	0,758333	-	0,830000	-	0,870000	-
Cafelândia	13065	0,935000	0,119318	0,888333	0,020979	0,908333	0,098039	0,821667	0,042169
Cafezal do Sul	4271	0,580000	0,080000	0,706667	0,089431	0,810000	0,152000	0,751667	0,054348
Califórnia	7546	0,810000	0,115385	0,721667	0,077922	0,723333	0,072464	0,676667	0,134146
Cambará	23956	0,745000	0,074576	0,756667	0,103687	0,838333	0,107143	0,741667	0,096875
Cambé	92888	0,826667	0,105809	0,861667	0,136364	0,808333	0,112971	0,788333	0,077859
Cambira	6862	0,821667	-	0,796667	0,000000	0,831667	0,045455	0,860000	0,083970
Campina da Lagoa	15983	0,748333	0,124736	0,760000	0,123620	0,735000	0,113433	0,631667	0,139474
Campina do Simão	4180	0,798333	0,297297	0,910000	0,120000	0,926667	0,171233	0,890000	0,248408
Campina Grande do Sul	35396	0,721667	0,173410	0,688333	0,126087	0,788333	0,151463	0,833333	0,103352
Campo Bonito	4426	0,886667	-	0,800000	-	0,913333	-	0,858333	-
Campo do Tenente	6461	0,865000	0,171429	0,763333	0,201299	0,810000	0,193833	0,888333	0,163743
Campo Largo	105492	0,590000	0,176661	0,640000	0,139344	0,728333	0,144718	0,700000	0,119217
Campo Magro	22325	0,801667	0,140244	0,743333	0,134715	0,851667	0,155125	0,823333	0,156250
Campo Mourão	82530	0,753333	0,145475	0,763333	0,075730	0,841667	0,118056	0,805000	0,101788
Cândido de Abreu	17775	0,536667	0,138318	0,696667	0,202247	0,808333	0,165064	0,776667	0,164331
Candói	15412	0,738333	0,117100	0,810000	0,124579	0,923333	0,166234	0,776667	0,138593

CONTINUA

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º		2º		1º		2º	
		SEMESTRE/2007		SEMESTRE/2007		SEMESTRE/2008		SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
Cantagalo	12418	0,921667	-	0,873333	0,250000	0,833333	-	0,808333	-
Capanema	18103	0,685000	0,104167	0,823333	0,054622	0,841667	0,046584	0,831667	0,051360
Capitão Leônidas Marques	13616	0,588333	0,102902	0,726667	0,090032	0,788333	0,100877	0,831667	0,099307
Carambei	16521	0,721667	0,259259	0,843333	0,229885	0,936667	0,219048	0,815000	0,122137
Carlópolis	13170	0,620000	0,014925	0,646667	0,041667	0,676667	0,067416	0,636667	0,040134
Cascavel	285784	0,720000	-	0,771667	-	0,885000	0,086957	0,861667	0,058824
Castro	65363	0,485000	0,166466	0,518333	0,131944	0,591667	0,173236	0,645000	0,146735
Catanduvas	9578	0,738333	0,066667	0,825000	0,101124	0,876667	0,141818	0,905000	0,076167
Centenário do Sul	11247	0,700000	0,103448	0,793333	0,100962	0,735000	0,034483	0,661667	0,033241
Cerro Azul	17693	0,801667	0,136784	0,761667	0,103693	0,855000	0,105882	0,805000	0,091808
Céu Azul	10914	0,723333	0,153846	0,826667	0,085470	0,836667	0,088496	0,735000	0,047619
Chopininho	19224	0,676667	0,132404	0,663333	0,096916	0,711667	0,151899	0,651667	0,135803
Cianorte	64498	0,703333	0,095395	0,690000	0,096045	0,703333	0,096138	0,666667	0,055556
Cidade Gaúcha	10468	0,851667	0,078788	0,850000	0,084211	0,836667	0,125984	0,778333	0,113044
Clevelândia	17599	0,615000	0,137255	0,683333	-	0,650000	0,103806	0,683333	0,188406
Colombo	233916	0,636667	0,226837	0,728333	0,244713	0,741667	0,252336	0,685000	0,144681
Colorado	21049	0,836667	-	0,856667	-	0,881667	-	0,873333	-
Congoninhas	8552	0,710000	0,053512	0,800000	0,100000	0,793333	0,075556	0,768333	0,009836
Conselheiro Mairinck	3554	0,731667	0,118421	0,773333	0,149351	0,861667	0,125828	0,806667	0,112782
Contenda	14800	0,835000	0,174107	0,755000	0,138958	0,850000	0,133333	0,675000	0,132353
Corbélia	15428	0,798333	0,188679	0,830000	0,111940	0,898333	0,145729	0,783333	0,139304
Cornélio Procopio	46931	0,691667	0,115512	0,726667	0,141361	0,743333	0,117241	0,733333	0,108776
Coronel Domingos Soares	7480	0,761667	0,145299	0,590000	0,090323	0,743333	0,133333	0,445000	0,170213
Coronel Vívda	21571	0,645000	0,147208	0,640000	0,144445	0,780000	0,149123	0,701667	0,129032
Corumbatai do Sul	4262	0,783333	0,051402	0,785000	0,098485	0,795000	0,099448	0,760000	0,085000
Cruz Machado	18329	0,670000	0,208145	0,641667	0,162829	0,701667	0,183413	0,728333	0,145973
Cruzeiro do Iguaçu	4150	0,855000	0,109091	0,790000	0,111111	0,828333	0,107692	0,806667	0,080645
Cruzeiro do Oeste	20182	0,713333	0,000000	0,820000	0,000000	0,901667	-	0,843333	-
Cruzeiro do Sul	4493	0,903333	0,052083	0,836667	0,064103	0,845000	0,065790	0,828333	0,110000
Cruzmalina	3116	0,683333	0,207792	0,693333	0,145161	0,823333	0,156250	0,773333	0,129630
Curitiba	1797408	0,708333	0,142216	0,723333	0,133255	0,785000	0,144645	0,820000	0,135849
Curiúva	14338	0,823333	0,180124	0,800000	0,175227	0,848333	0,163636	0,780000	0,107623
Diamante do Norte	5611	0,950000	-	0,921667	-	0,953333	0,104762	0,905000	0,086420
Diamante do Sul	3665	0,928333	-	0,711667	0,000000	0,903333	0,072917	0,873333	0,126316
Diamante D'Oeste	4944	0,665000	0,159091	0,780000	0,137500	0,735000	0,046025	0,758333	0,119816
Dois Vizinhos	34001	0,738333	0,150396	0,846667	0,112033	0,778333	0,110236	0,785000	0,073529
Douradina	6530	0,608333	0,140000	0,676667	0,183908	0,726667	0,086022	0,698333	0,116071
Doutor Camargo	5609	0,745000	0,107527	0,770000	0,038462	0,871667	0,060976	0,721667	0,087500
Doutor Ulysses	5956	0,596667	0,207483	0,681667	0,165385	0,681667	0,164345	0,788333	0,167808
Enéas Marques	5974	0,621667	0,120419	0,886667	0,142857	0,821667	0,123288	0,776667	0,161290
Engenheiro Beltrão	13867	0,723333	0,197970	0,680000	0,128571	0,836667	0,132450	0,698333	0,092593
Entre Rios do Oeste	3842	0,843333	0,120000	0,706667	0,000000	0,820000	0,035714	0,750000	0,000000
Esperança Nova	1887	0,676667	0,068966	0,751667	0,088889	0,888333	0,156250	0,770000	0,114286
Espigão Alto do Iguaçu	5104	0,548333	0,246154	0,606667	0,270492	0,668333	0,160000	0,645000	0,175141
Farol	3394	0,810000	0,122222	0,806667	0,108911	0,830000	0,140741	0,823333	0,137405
Faxinal	15527	0,591667	0,117647	0,643333	0,350877	0,676667	0,102564	0,701667	0,178571
Fazenda Rio Grande	75006	0,673333	0,126582	0,726667	0,177243	0,758333	0,177632	0,816667	0,110474
Fênix	4871	0,533333	0,094340	0,806667	0,152778	0,773333	0,122302	0,768333	0,122302
Fernandes Pinheiro	5688	0,925000	0,123675	0,900000	0,135135	0,871667	0,116667	0,848333	0,118722
Figueira	8380	0,665000	0,103448	0,686667	0,126582	0,798333	0,070352	0,741667	0,104651
Flor da Serra do Sul	4685	0,735000	0,160920	0,930000	0,170455	0,925000	0,112903	0,846667	0,196721
Floraí	5051	0,875000	0,061539	0,858333	0,102564	0,828333	0,102941	0,763333	0,063492
Floresta	5215	0,851667	0,066667	0,903333	0,083333	0,870000	0,067416	0,843333	0,088235
Florestópolis	11571	0,933333	-	0,918333	-	0,921667	-	0,878333	-
Flórida	2448	0,908333	0,160714	0,871667	0,137931	0,911667	0,114754	0,883333	0,093023
Formosa do Oeste	7532	0,700000	0,102703	0,770000	0,081482	0,763333	0,095238	0,656667	0,086957
Foz do Iguaçu	311336	0,801667	0,138854	0,795000	0,129462	0,800000	0,140328	0,751667	0,121676
Foz do Jordão	5832	0,595000	0,119048	0,696667	0,101818	0,780000	0,117438	0,876667	0,132890
Francisco Alves	6342	0,938333	0,109705	0,816667	0,106557	0,755000	0,083333	0,748333	0,069307
Francisco Beltrão	72409	0,666667	-	0,775000	0,143590	0,753333	0,143258	0,790000	0,103484
General Carneiro	14591	0,851667	-	0,898333	-	0,856667	-	0,875000	0,268966
Godoy Moreira	3568	0,750000	0,187500	0,738333	0,182609	0,803333	0,107843	0,755000	0,132530
Goioerê	28941	0,761667	-	0,750000	0,134615	0,718333	0,077640	0,666667	0,109974
Goioxim	7993	0,786667	0,173670	0,715000	0,190031	0,715000	0,155914	0,873333	0,120267
Grandes Rios	7641	0,568333	0,244444	0,600000	0,107143	0,660000	0,027027	0,611667	0,113208
Guaíra	28683	0,641667	0,107407	0,690000	0,070652	0,756667	0,081911	0,685000	0,048000
Guairaça	5721	0,883333	0,129412	0,896667	0,157895	0,931667	0,102410	0,895000	0,182927
Guamiranga	7548	0,718333	0,142857	0,741667	0,164179	0,760000	0,187920	0,728333	0,156997
Guapirama	3639	0,965000	0,098361	0,961667	0,058824	0,960000	0,117647	0,931667	0,078431

CONTINUAÇÃO

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º SEMESTRE/2007		2º SEMESTRE/2007		1º SEMESTRE/2008		2º SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
Guaporema	2190	0,728333	0,113208	0,860000	0,116667	0,848333	0,089286	0,775000	0,062500
Guaraci	4993	0,766667	0,123457	0,721667	0,131148	0,810000	0,097087	0,776667	0,065934
Guaraniaçu	15959	0,851667	0,146429	0,661667	0,164905	0,798333	0,177215	0,691667	0,192568
Guarapuava	164567	0,661667	0,169190	0,646667	0,151637	0,726667	0,128296	0,711667	0,141745
Guaraqueçaba	7732	0,863333	0,152104	0,833333	0,123188	0,875000	0,159184	0,825000	0,132000
Guaratuba	30793	0,728333	0,500000	0,846667	0,125000	0,748333	0,052536	0,821667	0,147287
Honório Serpa	6169	0,621667	0,106996	0,886667	0,102857	0,838333	0,159722	0,843333	0,107143
Ibaiti	28050	0,651667	0,162592	0,690000	0,190114	0,696667	0,161937	0,673333	0,142593
Ibema	5927	0,656667	0,038961	0,928333	0,026786	0,895000	0,052402	0,891667	0,010363
Ibiporã	45158	0,816667	0,117808	0,758333	0,101064	0,800000	0,123762	0,755000	0,095652
Icaraíma	9212	0,683333	0,088398	0,741667	0,065790	0,805000	0,071429	0,800000	0,068783
Iguaraçu	3741	0,928333	0,112903	0,870000	0,075472	0,833333	0,086957	0,821667	0,040000
Iguatu	2286	0,811667	-	0,833333	-	0,830000	0,134615	0,778333	0,169811
Imbaú	11191	0,725000	0,172638	0,730000	0,231293	0,686667	0,329268	0,655000	0,105727
Imbituva	27044	0,620000	0,109170	0,766667	0,138088	0,806667	0,114094	0,755000	0,116364
Inácio Martins	11036	0,515000	0,047872	0,530000	0,204819	0,671667	0,239700	0,701667	0,254144
Inajá	2810	0,795000	0,100000	0,691667	0,122807	0,786667	0,096774	0,718333	0,210526
Indianópolis	4138	0,775000	0,030303	0,773333	0,058824	0,780000	0,000000	0,743333	0,022727
Ipiranga	13993	0,785000	0,176755	0,756667	0,115974	0,823333	0,109948	0,768333	0,105882
Iporã	15086	0,788333	0,115385	0,833333	-	0,848333	0,242938	0,823333	0,092308
Iracema do Oeste	2580	0,813333	0,072289	0,736667	-	0,753333	0,056338	0,711667	0,036585
Irati	54151	0,685000	0,195562	0,750000	0,157459	0,771667	0,169014	0,768333	0,187184
Iretama	11174	0,738333	0,115079	0,716667	0,145374	0,755000	0,182320	0,756667	0,091988
Itaguaí	4508	0,960000	-	0,751667	-	0,898333	-	0,900000	-
Itaipulândia	8581	0,796667	0,130435	0,788333	0,135135	0,768333	0,089286	0,731667	0,074074
Itambaracá	6935	0,773333	0,081301	0,753333	0,169565	0,871667	0,095436	0,848333	0,121951
Itambé	5897	0,881667	0,090226	0,891667	0,184615	0,833333	0,144928	0,736667	0,127660
Itapejara d'Oeste	10537	0,703333	0,068085	0,780000	0,105882	0,910000	0,048077	0,905000	0,104530
Itaperuçu	22021	0,900000	0,152074	0,890000	0,134783	0,831667	0,126005	0,798333	0,094796
Itaúna do Sul	3699	0,671667	0,272727	0,731667	0,222222	0,718333	0,100000	0,751667	0,123077
Ivaí	12840	0,865000	0,111111	0,726667	0,186312	0,781667	0,157407	0,760000	0,145038
Ivaiporã	31344	0,645000	0,130802	0,736667	0,170341	0,778333	0,209476	0,823333	0,150355
Ivaté	7792	0,555000	0,080000	0,568333	0,115385	0,620000	0,103448	0,663333	0,113636
Ivatuba	2715	0,833333	0,115385	0,828333	0,076923	0,811667	0,153846	0,710000	0,000000
Jaboti	5019	0,763333	0,009852	0,823333	0,006098	0,906667	0,000000	0,883333	0,022727
Jacarezinho	39327	0,565000	0,400000	0,621667	0,067500	0,711667	0,110814	0,775000	0,225490
Jaguapitã	11782	0,653333	0,038462	0,733333	0,117021	0,748333	0,116279	0,686667	0,086957
Jaguariaíva	31865	0,510000	0,185431	0,536667	0,221429	0,568333	0,166667	0,573333	0,116129
Jandaia do Sul	19534	0,780000	0,102079	0,903333	0,152720	0,911667	0,225882	0,833333	0,053118
Janiópolis	7032	0,656667	0,130312	0,691667	0,171216	0,833333	0,091270	0,743333	0,120567
Japira	4694	0,861667	0,108280	0,840000	0,140000	0,923333	0,122807	0,863333	0,121053
Japurá	8248	0,880000	0,122449	0,856667	0,112360	0,878333	0,059524	0,796667	0,073529
Jardim Alegre	14315	0,740000	0,100000	0,740000	0,082803	0,723333	0,128834	0,693333	0,134058
Jardim Olinda	1461	0,793333	0,096774	0,823333	0,129032	0,818333	0,156250	0,826667	0,200000
Jataizinho	11244	0,673333	0,100000	0,740000	0,135803	0,741667	0,136905	0,743333	0,161074
Jesuítas	8825	0,626667	0,058333	0,638333	0,090909	0,763333	0,089172	0,625000	0,113924
Joaquim Távora	10247	0,671667	0,174825	0,691667	0,106383	0,753333	0,085470	0,816667	0,067797
Jundiá do Sul	3654	0,863333	0,338235	0,740000	0,138686	0,880000	0,142857	0,796667	0,078571
Juranda	7684	0,585000	0,114458	0,680000	0,096552	0,763333	0,080882	0,738333	0,112426
Jussara	6090	0,980000	-	0,890000	0,115385	0,973333	0,076923	0,896667	0,085106
Kaloré	4664	0,800000	0,073529	0,806667	0,061069	0,898333	0,081761	0,793333	0,061453
Lapa	41679	0,843333	0,120579	0,803333	0,104443	0,906667	0,103175	0,883333	0,148699
Laranjal	6322	0,735000	0,199446	0,870000	0,152406	0,906667	0,131646	0,900000	0,225974
Laranjeiras do Sul	30481	0,640000	0,185279	0,735000	0,152403	0,795000	0,154873	0,750000	0,153664
Leópolis	4230	0,675000	0,050000	0,796667	0,006993	0,860000	0,000000	0,811667	0,000000
Lidianópolis	4123	0,693333	0,053097	0,778333	0,096774	0,816667	0,088889	0,793333	0,069231
Lindoeste	5446	0,636667	0,063063	0,650000	0,096774	0,683333	0,031621	0,796667	0,104712
Loanda	19464	0,578333	0,039683	0,773333	0,040000	0,781667	0,034965	0,861667	0,202128
Lobato	4219	0,785000	0,037037	0,686667	0,185185	0,828333	0,166667	0,706667	0,071429
Londrina	497833	0,706667	0,119845	0,723333	0,114148	0,763333	0,098095	0,750000	0,106438
Luiziana	7204	0,636667	1,000000	0,733333	-	0,751667	-	0,861667	-
Lunardelli	5082	0,843333	0,087248	0,810000	0,110390	0,830000	0,070866	0,820000	0,099174
Lupionópolis	4375	0,955000	0,142857	0,873333	0,181159	0,955000	0,177966	0,866667	0,116788
Mallet	12414	0,640000	0,122047	0,726667	0,139831	0,773333	0,094340	0,760000	0,125899
Mamborê	14132	0,621667	0,089552	0,746667	0,132231	0,811667	0,119469	0,765000	0,087404
Mandaguaçu	18259	0,906667	0,120567	0,861667	0,087324	0,893333	0,083077	0,826667	0,067252
Mandaguari	31890	0,820000	0,109442	0,856667	0,133721	0,790000	0,114014	0,806667	0,115538
Mandirituba	20408	0,835000	0,169811	0,823333	0,127660	0,736667	0,208042	0,791667	0,150183
Manfrinópolis	3306	0,581667	0,102410	0,783333	0,142857	0,806667	0,062992	0,831667	0,132911

CONTINUAÇÃO

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º SEMESTRE/2007		2º SEMESTRE/2007		1º SEMESTRE/2008		2º SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
Mangueirinha	17119	0,366667	0,182156	0,473333	0,077273	0,518333	0,234375	0,556667	0,188679
Manoel Ribas	12762	0,700000	0,248954	0,788333	0,200441	0,818333	0,238664	0,801667	0,210526
Marechal Cândido Rondon	44562	0,823333	0,078431	0,576667	0,020000	0,660000	0,007177	0,811667	0,002681
Maria Helena	6012	0,665000	0,049451	0,753333	0,083799	0,768333	0,075269	0,723333	0,072289
Marialva	30017	0,780000	0,093750	0,736667	0,067742	0,891667	0,088608	0,830000	0,134078
Marilândia do Sul	8932	0,723333	0,147727	0,743333	0,097561	0,830000	0,075188	0,763333	0,041420
Marilena	6541	0,723333	-	0,876667	0,078125	0,785000	0,074713	0,745000	0,060000
Mariluz	10461	0,841667	0,200000	0,775000	-	0,825000	-	0,905000	0,000000
Maringá	325968	0,823333	0,101514	0,820000	0,092740	0,853333	0,108532	0,806667	0,099163
Mariópolis	5805	0,808333	0,202312	0,803333	0,127660	0,805000	0,073684	0,785000	0,100000
Maripá	5571	0,826667	0,080000	0,856667	-	0,868333	0,136364	0,820000	-
Marmeleiro	13156	0,556667	-	0,571667	0,132353	0,796667	0,151111	0,706667	0,145078
Marquinho	5205	0,845000	0,086207	0,610000	0,143646	0,661667	0,176471	0,701667	0,146067
Marumbi	4142	0,940000	0,009259	0,906667	0,037037	0,921667	0,049774	0,855000	0,066351
Matelândia	15404	0,883333	0,083591	0,900000	0,100840	0,940000	0,070094	0,813333	0,091324
Matinhos	23357	0,731667	0,279874	0,780000	0,213333	0,705000	0,016327	0,698333	0,145078
Mato Rico	4156	0,843333	0,093596	0,813333	0,107843	0,800000	0,065041	0,840000	0,089147
Mauá da Serra	7814	0,616667	0,000000	0,645000	0,129032	0,765000	0,089286	0,690000	0,168675
Medianeira	38397	0,851667	0,111111	0,830000	0,098701	0,868333	0,126316	0,793333	0,100000
Mercedes	4713	0,823333	0,000000	0,810000	0,000000	0,901667	0,023810	0,861667	0,069767
Mirador	2336	0,911667	0,041667	0,890000	0,088608	0,930000	0,035714	0,813333	0,031250
Miraselva	1899	0,808333	0,116279	0,866667	0,043478	0,948333	0,000000	0,796667	0,000000
Missal	10412	0,730000	0,103030	0,766667	0,023622	0,766667	0,075472	0,766667	0,061947
Moreira Sales	12926	0,726667	0,112195	0,670000	0,113095	0,670000	0,116034	0,720000	0,093750
Morretes	16198	0,750000	0,170507	0,723333	0,133663	0,780000	0,123853	0,738333	0,148649
Munhoz de Melo	3552	0,843333	0,136986	0,813333	0,138889	0,820000	0,123288	0,808333	0,126984
Nossa Senhora das Graças	3903	0,901667	0,055556	0,756667	0,177215	0,913333	0,035088	0,781667	0,021277
Nova Aliança do Ivaí	1377	0,830000	0,000000	0,800000	0,030303	0,850000	0,047619	0,738333	0,080000
Nova América da Colina	3298	0,855000	0,090909	0,873333	0,074074	0,890000	0,058824	0,801667	0,083333
Nova Aurora	11753	0,791667	0,083333	0,766667	0,105960	0,896667	0,140625	0,833333	0,166667
Nova Cantu	7795	0,851667	0,113111	0,806667	0,135593	0,835000	0,120915	0,733333	0,128302
Nova Esperança	25719	0,881667	0,074928	0,720000	0,085106	0,853333	0,141304	0,735000	0,088757
Nova Esperança do Sudeste	E	0,613333	0,110000	0,741667	0,089552	0,893333	0,134921	0,861667	0,128205
Nova Fátima	8054	0,765000	0,160714	0,833333	0,100559	0,876667	0,065790	0,713333	0,144330
Nova Laranjeiras	11302	0,861667	0,185714	0,756667	0,156863	0,771667	0,175439	0,758333	0,213726
Nova Londrina	12619	0,881667	0,009901	0,886667	0,005208	0,923333	0,007937	0,893333	-
Nova Olímpia	5227	0,803333	0,104348	0,771667	0,117021	0,785000	0,036364	0,766667	0,116279
Nova Prata do Iguaçu	10452	0,855000	0,131579	0,673333	0,285714	0,723333	0,134021	0,776667	0,200000
Nova Santa Bárbara	3802	0,665000	0,126050	0,756667	0,118750	0,881667	0,094488	0,841667	0,115703
Nova Santa Rosa	7582	0,788333	0,137931	0,735000	0,159091	0,853333	0,117647	0,761667	0,185185
Nova Tebas	8317	0,845000	-	0,868333	-	0,878333	-	0,886667	0,155039
Novo Itacolomi	2747	0,888333	0,028571	0,860000	0,093023	0,901667	0,062500	0,883333	0,071429
Ortigueira	24397	0,553333	0,159533	0,611667	0,129412	0,625000	0,121795	0,685000	0,144407
Ourizona	3296	0,741667	0,098361	0,773333	0,052632	0,800000	0,088235	0,753333	0,115942
Ouro Verde do Oeste	5465	0,908333	0,081967	0,795000	0,227273	0,735000	0,135338	0,805000	0,139665
Paçandu	34640	0,688333	0,107011	0,700000	0,080247	0,655000	0,110032	0,680000	0,131868
Palmas	40485	0,745000	0,207951	0,756667	0,167247	0,806667	0,205937	0,698333	0,175573
Palmeira	31234	0,760000	-	0,750000	-	0,865000	-	0,805000	0,200000
Palmital	15454	0,641667	0,183381	0,733333	0,133891	0,740000	0,168333	0,781667	0,178131
Palotina	27545	0,848333	0,129693	0,893333	0,092421	0,908333	0,101191	0,853333	0,128440
Paraisópolis do Norte	11169	0,780000	0,111732	0,793333	0,105590	0,778333	0,121739	0,768333	0,109890
Paranacity	9513	0,685000	0,083916	0,720000	0,106250	0,816667	0,103261	0,741667	0,092025
Paranaguá	133559	0,538333	0,125000	0,553333	0,140625	0,665000	0,096953	0,675000	0,117521
Paranapoema	2656	0,918333	0,048387	0,885000	0,057143	0,910000	0,044118	0,898333	0,079365
Paranavaí	79110	0,630000	0,098790	0,653333	0,096890	0,643333	0,104430	0,643333	0,068836
Pato Bragado	4631	0,818333	0,000000	0,723333	0,025000	0,771667	0,033333	0,698333	0,035714
Pato Branco	66680	0,730000	-	0,756667	-	0,756667	-	0,791667	0,157343
Paula Freitas	5457	0,811667	0,099099	0,786667	0,108108	0,816667	0,093750	0,736667	0,073171
Paulo Frontin	7032	0,833333	0,056452	0,866667	0,082418	0,803333	0,125000	0,730000	0,028571
Peabiru	13029	0,823333	0,122324	0,853333	0,096552	0,801667	0,121429	0,771667	0,088643
Perobal	5055	0,683333	0,037037	0,796667	-	0,828333	-	0,853333	0,102362
Pérola	9334	0,706667	0,102740	0,746667	0,087591	0,763333	0,067358	0,706667	0,022222
Pérola d'Oeste	7046	0,868333	-	0,776667	0,141264	0,860000	0,151261	0,805000	0,184615
Piñen	11083	0,848333	-	0,863333	0,082192	0,891667	0,081690	0,866667	0,094276
Pinhais	112038	0,695000	0,136000	0,756667	0,120675	0,861667	0,123743	0,733333	0,113462
Pinhal de São Bento	2524	0,838333	0,138554	0,820000	0,218182	0,850000	0,034483	0,813333	0,107914
Pinhalão	5893	0,776667	0,071429	0,713333	0,082707	0,838333	0,140845	0,795000	0,070000
Pinhão	29113	0,683333	0,161004	0,661667	0,000000	0,678333	0,174912	0,748333	0,177419
Pirai do Sul	23170	0,651667	0,118644	0,681667	0,138498	0,861667	0,112676	0,805000	0,104265

CONTINUAÇÃO

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º SEMESTRE/2007		2º SEMESTRE/2007		1º SEMESTRE/2008		2º SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
Piraquara	82006	0,691667	-	0,773333	-	0,835000	-	0,776667	0,157500
Pitanga	34310	0,571667	0,146707	0,560000	0,156780	0,611667	0,165254	0,581667	0,119186
Pitangueiras	2664	0,795000	0,075000	0,813333	0,098361	0,886667	0,064516	0,830000	0,068966
Planaltina do Paraná	3791	0,870000	0,113208	0,783333	0,115790	0,825000	0,058252	0,791667	0,064516
Planalto	13649	0,820000	0,046980	0,750000	0,044053	0,820000	0,065421	0,876667	0,083333
Ponta Grossa	306351	0,836667	0,163198	0,881667	0,139525	0,875000	0,146319	0,746667	0,147015
Pontal do Paraná	16625	0,598333	0,147887	0,691667	0,134832	0,695000	0,120370	0,673333	0,095238
Porecatu	14174	0,915000	0,068493	0,885000	-	0,950000	-	0,898333	-
Porto Amazonas	4212	0,838333	0,093750	0,888333	0,043956	0,888333	0,061728	0,831667	0,107692
Porto Barreiro	3761	0,771667	0,128834	0,696667	0,180451	0,661667	0,097561	0,768333	0,093458
Porto Rico	2462	0,933333	0,075758	0,856667	0,052632	0,861667	0,085366	0,858333	0,098592
Porto Vitória	3779	0,818333	0,148515	0,836667	0,119266	0,843333	0,153285	0,861667	0,145455
Prado Ferreira	3344	0,910000	0,047619	0,875000	0,030303	0,946667	0,078431	0,865000	0,136364
Pranchita	5811	0,770000	0,145695	0,750000	0,117647	0,701667	0,087838	0,776667	0,081967
Presidente Castelo Branco	4674	0,768333	0,116883	0,763333	0,080808	0,816667	0,086207	0,741667	0,066667
Primeiro de Maio	10753	0,711667	0,129214	0,833333	0,067524	0,785000	0,069597	0,785000	0,119816
Prudentópolis	48708	0,666667	0,198391	0,693333	0,165593	0,713333	0,177639	0,716667	0,131148
Quarto Centenário	4848	0,821667	0,059211	0,761667	0,149533	0,770000	0,093525	0,736667	0,073529
Quatiguá	6877	0,845000	0,077419	0,816667	0,089552	0,828333	0,068027	0,781667	0,079137
Quatro Barras	18125	0,776667	0,197324	0,823333	0,197861	0,840000	0,140625	0,820000	0,114894
Quatro Pontes	3669	0,791667	-	0,880000	0,000000	0,860000	0,076923	0,840000	0,034483
Quedas do Iguaçu	30181	0,753333	0,066667	0,638333	0,118421	0,788333	0,146993	0,733333	0,092050
Querência do Norte	11804	0,636667	0,142322	0,740000	0,067692	0,830000	0,061702	0,880000	0,115265
Quinta do Sol	5173	0,655000	-	0,636667	-	0,728333	0,000000	0,606667	-
Quitandinha	15897	0,498333	0,205323	0,686667	0,136519	0,793333	0,116580	0,791667	0,132678
Ramilândia	4147	0,761667	0,126582	0,768333	0,076087	0,793333	0,271318	0,795000	0,163934
Rancho Alegre	4001	0,718333	0,042735	0,856667	0,090909	0,878333	0,084112	0,863333	0,055556
Rancho Alegre D'Oeste	2928	0,651667	0,125000	0,625000	-	0,616667	0,080808	0,775000	0,103448
Realeza	15809	0,726667	0,104546	0,596667	0,082418	0,623333	0,107872	0,778333	0,137931
Rebouças	14053	0,893333	0,136150	0,853333	0,127986	0,895000	0,126838	0,873333	0,097378
Renascença	6762	0,776667	0,150538	0,786667	0,115000	0,841667	0,146497	0,751667	0,134969
Reserva	24249	0,613333	0,173217	0,680000	0,178295	0,701667	0,169082	0,736667	0,130693
Reserva do Iguaçu	7094	0,565000	0,140496	0,690000	0,029557	0,713333	0,118091	0,830000	0,148265
Ribeirão Claro	10882	0,761667	0,000000	0,851667	0,104167	0,806667	0,086093	0,846667	0,112360
Ribeirão do Pinhal	13389	0,815000	0,130612	0,773333	0,076056	0,866667	0,085799	0,850000	0,082988
Rio Azul	13248	0,793333	0,202500	0,833333	0,162371	0,940000	0,195584	0,861667	0,159794
Rio Bom	3260	0,680000	0,142857	0,710000	0,062500	0,761667	0,031008	0,811667	0,032258
Rio Bonito do Iguaçu	14450	0,878333	0,159494	0,746667	0,134615	0,821667	0,151807	0,785000	0,104615
Rio Branco do Ivaí	3850	0,733333	-	0,758333	-	0,853333	-	0,766667	-
Rio Branco do Sul	31486	0,755000	0,175043	0,786667	0,161157	0,758333	0,176245	0,776667	0,159649
Rio Negro	29862	0,923333	0,080153	0,880000	0,113846	0,933333	0,137860	0,813333	0,139630
Rolândia	53437	0,650000	0,113014	0,711667	0,126953	0,785000	0,110104	0,806667	0,112288
Roncador	12265	0,638333	0,172161	0,773333	0,183007	0,808333	0,133333	0,765000	0,130719
Rondon	9023	0,573333	0,114286	0,593333	0,000000	0,626667	0,087500	0,668333	0,091954
Rosário do Ivaí	5823	0,405000	0,103175	0,500000	0,152000	0,681667	0,165217	0,530000	0,131313
Sabáudia	5447	0,823333	0,078947	0,790000	0,033333	0,816667	0,089888	0,826667	0,070588
Salgado Filho	4666	0,631667	0,148148	0,730000	0,142857	0,721667	0,238532	0,655000	0,200000
Salto do Itararé	5087	0,878333	0,130435	0,730000	0,093023	0,813333	0,082279	0,745000	0,123457
Salto do Lontra	12480	0,768333	0,145161	0,731667	0,191693	0,783333	0,131499	0,816667	0,107042
Santa Amélia	4062	0,805000	0,073171	0,773333	0,000000	0,701667	0,072993	0,825000	0,075188
Santa Cecília do Pavão	3676	0,841667	0,149351	0,886667	0,129032	0,901667	0,155556	0,806667	0,125926
Santa Cruz de Monte Castelo	7924	0,636667	0,052381	0,673333	0,089202	0,725000	0,102459	0,731667	0,092827
Santa Fé	9774	0,766667	0,035714	0,826667	0,053333	0,915000	0,044248	0,796667	0,072917
Santa Helena	22794	0,781667	0,058388	0,633333	0,062963	0,755000	0,105203	0,686667	0,057325
Santa Inês	1878	0,900000	0,129630	0,896667	0,037037	0,938333	0,051282	0,880000	0,033333
Santa Isabel do Ivaí	8509	0,526667	0,156863	0,531667	0,133333	0,788333	0,106195	0,740000	0,079208
Santa Izabel do Oeste	11434	0,763333	0,129496	0,716667	0,168750	0,733333	0,116279	0,695000	0,104478
Santa Lúcia	3725	0,816667	-	0,690000	0,120690	0,788333	0,043478	0,653333	0,075949
Santa Maria do Oeste	11548	0,633333	0,149425	0,686667	0,128329	0,761667	0,120603	0,716667	0,096463
Santa Mariana	11992	0,631667	0,086793	0,743333	0,098522	0,776667	0,085714	0,725000	0,056872
Santa Mônica	3453	0,670000	0,076923	0,886667	0,079365	0,895000	0,059322	0,821667	0,047619
Santa Tereza do Oeste	9378	0,635000	0,094828	0,760000	0,104348	0,793333	0,116883	0,763333	0,129870
Santa Terezinha de Itaipú	19552	0,736667	0,072539	0,768333	0,139073	0,781667	0,114865	0,746667	0,068027
Santana do Itararé	5537	0,921667	0,093596	0,893333	0,115578	0,883333	0,126374	0,795000	0,112360
Santo Antônio da Platina	40480	0,530000	0,093851	0,666667	0,112613	0,658333	0,082353	0,566667	0,092732
Santo Antônio do Caiuá	2692	0,878333	0,067308	0,793333	0,084906	0,873333	0,099010	0,796667	0,089109
Santo Antônio do Paraíso	2354	0,593333	0,028571	0,680000	0,045455	0,708333	0,091954	0,710000	0,069444
Santo Antônio do Sudoeste	18565	0,620000	0,154334	0,616667	0,121019	0,718333	0,095941	0,795000	0,093567
Santo Inácio	4876	0,841667	0,099010	0,783333	0,176471	0,818333	0,062069	0,785000	0,088496

CONTINUAÇÃO

TABELA DA AMOSTRA DE POPULAÇÃO, IGD E DESNUTRIÇÃO POR MUNICÍPIO – 2007 - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1º SEMESTRE/2007		2º SEMESTRE/2007		1º SEMESTRE/2008		2º SEMESTRE/2008	
		IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.	IGD	DES.
São Carlos do Ivaí	5817	0,806667	0,066667	0,670000	0,080000	0,855000	0,125000	0,700000	0,122807
São Jerônimo da Serra	11563	0,573333	0,119658	0,850000	0,167801	0,870000	0,070175	0,851667	0,126126
São João	10900	0,665000	0,111732	0,690000	0,096916	0,768333	0,092593	0,711667	0,136364
São João do Caiuá	5979	0,656667	0,208738	0,810000	0,134078	0,836667	0,140625	0,805000	0,089888
São Jorge do Ivaí	11854	0,693333	0,189320	0,723333	0,111524	0,718333	0,130802	0,650000	0,115988
São João do Triunfo	13611	0,658333	0,092593	0,736667	0,092025	0,733333	0,172093	0,753333	0,123690
São Jorge do Ivaí	5286	0,795000	0,056818	0,783333	0,053333	0,826667	0,051948	0,781667	0,066667
São Jorge do Patrocínio	6031	0,733333	0,066667	0,681667	0,086957	0,733333	0,101191	0,781667	0,089286
São Jorge d'Oeste	8979	0,736667	0,123810	0,530000	0,137931	0,711667	0,102041	0,793333	0,118812
São José da Boa Vista	6293	0,756667	0,119874	0,756667	0,115625	0,841667	0,115903	0,853333	0,151057
São José das Palmeiras	3873	0,718333	0,077778	0,718333	0,049020	0,770000	0,018868	0,795000	0,091743
São José dos Pinhais	263622	0,641667	0,233333	0,623333	0,163743	0,763333	0,170732	0,731667	0,161972
São Manoel do Paraná	2093	0,708333	0,000000	0,883333	0,128205	0,883333	0,088235	0,833333	0,138889
São Mateus do Sul	39152	0,605000	0,185583	0,686667	0,127162	0,791667	0,123667	0,748333	0,093434
São Miguel do Iguaçu	25341	0,796667	0,083970	0,678333	0,111111	0,686667	0,157895	0,708333	0,294118
São Pedro do Iguaçu	6540	0,778333	-	0,773333	0,125000	0,748333	0,120000	0,771667	-
São Pedro do Ivaí	9569	0,661667	0,075949	0,726667	0,108808	0,835000	0,129707	0,806667	0,079070
São Pedro do Paraná	2532	0,618333	0,102564	0,726667	0,000000	0,643333	0,040000	0,776667	-
São Sebastião da Amoreira	8681	0,751667	0,142857	0,740000	0,069767	0,800000	0,103825	0,765000	0,162162
São Tomé	5279	0,786667	0,200000	0,760000	0,071429	0,683333	0,133929	0,766667	0,100000
Sapopema	6638	0,816667	0,113301	0,815000	0,096154	0,816667	0,072797	0,805000	0,114679
Sarandi	79686	0,666667	0,133679	0,673333	0,123180	0,715000	0,132609	0,691667	0,127946
Saudade do Iguaçu	4931	0,710000	0,028571	0,730000	0,020833	0,786667	0,213115	0,738333	-
Sengés	19356	0,691667	0,183926	0,760000	0,161994	0,833333	0,195513	0,831667	0,142086
Serranópolis do Iguaçu	4327	0,835000	0,073684	0,883333	0,076087	0,930000	0,083333	0,865000	0,066667
Sertaneja	5894	0,723333	0,133333	0,541667	0,078947	0,815000	0,164706	0,823333	0,061798
Sertãozinho	15485	0,891667	0,138790	0,921667	0,112554	0,866667	0,133333	0,865000	0,151351
Siqueira Campos	16663	0,685000	0,118812	0,743333	0,125000	0,668333	0,000000	0,580000	0,082902
Sulina	3445	0,493333	0,054054	0,603333	0,076923	0,651667	0,129032	0,650000	0,081818
Tamarana	10887	0,778333	0,137795	0,796667	0,076503	0,793333	0,122881	0,791667	0,092391
Tamboara	4564	0,578333	0,055556	0,638333	0,061856	0,796667	0,074468	0,791667	0,105263
Tapejara	14498	0,565000	0,118644	0,656667	0,110000	0,813333	0,089172	0,715000	0,066265
Tapira	5829	0,706667	0,125000	0,706667	0,142857	0,640000	0,111111	0,685000	0,084746
Teixeira Soares	9781	0,923333	0,120833	0,875000	0,109827	0,860000	0,114407	0,878333	0,129870
Telêmaco Borba	65797	0,696667	0,201092	0,740000	0,168182	0,756667	0,182517	0,730000	0,156993
Terra Boa	14588	0,850000	0,108527	0,833333	0,140969	0,868333	0,058201	0,765000	0,084112
Terra Rica	14405	0,850000	0,083333	0,850000	0,081633	0,820000	0,062500	0,740000	0,053571
Terra Roxa	16208	0,710000	0,081784	0,715000	0,061905	0,728333	0,095808	0,655000	0,095618
Tibagi	18710	0,705000	0,229565	0,750000	0,219966	0,856667	0,178462	0,811667	0,223592
Tijucas do Sul	13091	0,896667	0,250000	0,913333	0,158301	0,928333	0,156733	0,873333	0,148325
Toledo	109857	0,626667	0,072289	0,606667	0,131915	0,735000	0,123037	0,705000	0,075343
Tomazina	8814	0,666667	0,061947	0,678333	0,082279	0,746667	0,086022	0,703333	0,066298
Três Barras do Paraná	11718	0,603333	0,127273	0,773333	0,172043	0,771667	0,163934	0,783333	0,220745
Tunas do Paraná	5921	0,616667	0,258065	0,785000	0,151899	0,871667	0,107843	0,816667	-
Tuneiras do Oeste	8598	0,786667	-	0,863333	-	0,851667	0,000000	0,783333	0,058296
Tupãssi	7755	0,551667	0,077922	0,570000	0,041667	0,621667	0,061856	0,673333	0,064706
Turvo	14025	0,661667	0,226563	0,725000	0,075343	0,725000	0,270270	0,708333	0,109677
Ubiratã	21214	0,716667	0,069869	0,653333	0,077075	0,795000	0,075330	0,748333	0,092511
Umuarama	95153	0,590000	0,068738	0,730000	0,077236	0,768333	0,080336	0,760000	0,074728
União da Vitória	51043	0,730000	0,215247	0,661667	0,113497	0,720000	0,166023	0,690000	0,140790
Uniflor	2402	0,611667	0,104167	0,760000	0,081967	0,851667	0,117647	0,810000	0,162791
Uraí	11489	0,740000	0,123188	0,851667	0,096429	0,901667	0,126531	0,878333	0,098765
Ventania	10275	0,680000	0,134884	0,793333	0,167464	0,800000	0,197674	0,731667	0,119565
Vera Cruz do Oeste	9099	0,658333	0,027523	0,645000	0,125926	0,665000	0,079208	0,715000	0,138614
Verê	8002	0,821667	-	0,780000	0,105263	0,938333	0,056338	0,885000	0,089552
Virmond	4024	0,820000	0,221053	0,853333	0,157303	0,873333	0,202703	0,846667	0,176471
Vitorino	6310	0,806667	0,195489	0,830000	0,176923	0,825000	0,163934	0,801667	0,135338
Wenceslau Braz	18691	0,563333	0,034435	0,635000	0,067747	0,611667	0,069652	0,766667	0,088391
Xambrê	5818	0,575000	0,074890	0,663333	0,043860	0,818333	0,112745	0,761667	0,086667

CONCLUSÃO

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do IPARDES(2009), MDS(2008) e DATASUS(2008).